



**ANA CAROLINA MORAIS DE FREITAS**

***FILHOS DA PÁTRIA, DE JOÃO MELO:  
A AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL ANGOLANA  
ATRAVÉS DA EXPRESSÃO DO MULTICULTURALISMO***

**Trabalho de Conclusão de Curso**

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dra. Miriam Denise Kelm

**Bagé  
2011**

**ANA CAROLINA MORAIS DE FREITAS**

***FILHOS DA PÁTRIA, DE JOÃO MELO:***  
**A AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL ANGOLANA**  
**ATRAVÉS DA EXPRESSÃO DO MULTICULTURALISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca do Curso de Letras da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Letras.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Miriam Denise Kelm

**Bagé**  
**2011**

**ANA CAROLINA MORAIS DE FREITAS**

***FILHOS DA PÁTRIA, DE JOÃO MELO:***  
**A AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL ANGOLANA**  
**ATRAVÉS DA EXPRESSÃO DO MULTICULTURALISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca do Curso de Letras da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Letras.

Área de concentração: literatura angolana, multiculturalismo e identidade em literatura.

Monografia defendida e aprovada em: / /  
Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Miriam Denise Kelm  
Orientadora  
Letras – UNIPAMPA

---

Prof. Dr. Vera Lúcia Cardoso Medeiros  
Letras - UNIPAMPA

---

Prof. Dr. Zilá Letícia Goulart Pereira Rêgo  
Letras – UNIPAMPA

*Dedico este trabalho a todos aqueles que de uma forma ou de outra contribuíram para este momento; desde aqueles que acompanharam meus primeiros passos vacilantes rumo à vida; aqueles que entraram nesta caminhada em 2006; aqueles que passaram despercebidos, mas que, mesmo assim, marcaram; aqueles que hoje não estão mais entre nós; aqueles que não aparecem, porém existem e, principalmente, a Deus que tornou tal glória possível.*

## AGRADECIMENTO

Início agradecendo a Deus pela vida cheia de luz, amor, saúde e felicidade a mim proporcionada e à honra desta grande dádiva após tantos anos de luta e dedicação.

Agradeço a meu pai, João Cândido do Severo de Freitas, e a minha mãe, Elizabeth Jacinto Morais, por terem me escolhido como filha e por terem me educado exemplarmente.

À minha irmã Natália pela ajuda na digitação, cópia e impressão de alguns trabalhos em momentos em que tudo parecia dar errado.

Agradeço aos meus amigos que sempre me apoiaram e, principalmente, as pessoas maravilhosas com as quais tive a honra de conviver durante caminhada que se encerra aqui.

Às amigas amadas Ariane Neto, Fernanda Saggiomo, Francine Leite e Luiza Borges que tive a oportunidade de conhecer durante o curso e as quais guardarei para sempre no coração.

Agradeço a minha primeira colega de faculdade e amiga para qual uma vida é pouco para se amar, Simone Kluwe, cujo agradecimento é especial devido o apoio, a dedicação, a compreensão, aos muitos sorrisos e as muitas lágrimas roladas juntas.

Agradeço aos professores, em especial, àqueles que apoiaram meu retorno ao curso. À professora Vera Lucia Cardoso Medeiros, cuja amizade se expandiu para além dos muros da Universidade e sem a qual a literatura não seria tão encantadora e o presente referencial teórico tão rico.

À minha querida orientadora, professora Dr. Miriam Denise Kelm pessoa e profissional que admiro. Obrigada pela honra de ter sido sua aluna e sua orientanda.

*Angola não é bem África. África, na verdade,  
não é uma massa informe e grotesca.*

João Melo

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a caracterização da identidade nacional angolana, através da expressão do multiculturalismo, representada pela literatura, mais especificamente, pela obra *Filhos da Pátria* (2008) do escritor João Melo, uma vez que o livro é um importante exemplo de literatura engajada ao contexto social. Na obra são retratadas as diversas facetas da sociedade angolana, fruto da diversidade étnica e, também, da era colonial, marcada pela imposição da cultura europeia que influenciou, diretamente, a crise de identidade nacional, em Angola. *Filhos da Pátria* (2008) mostra aos leitores as “várias Angolas” que convivem em um mesmo espaço territorial por meio de uma literatura tão rica, mas ainda pouco divulgada, mesmo em países de Língua Portuguesa como o Brasil. O trabalho ambiciona, ainda, traçar uma pequena retrospectiva histórica que especifica os motivos pelos quais Angola, e mesmo a África, são consideradas mosaicos sociais. Afinal, a história influencia a cultura e a identidade dos povos, assim como, estas influenciam a história para, por fim, ambas encontrarem na literatura uma importante fonte de representação. Além da discussão que será apresentada no primeiro e segundo capítulo, elegemos para o terceiro três contos – “Ngola Kiluanje”, “Shakespeare Ataca de Novo” e “Abel e Caim” – representativos, tanto da temática sobre o multiculturalismo, quanto das estratégias narrativas visíveis nas intrusões do narrador e na intertextualidade.

Palavras-chave: Identidade nacional. Angola. Multiculturalismo. Nação

## **ABSTRACT**

This work aims to analyze the characterization of the Angolan national identity, through the expression of multiculturalism, represented in the literature, more specifically, in the book "Filhos da Pátria" (2008) written by John Melo. This book is an important example of literature as commitment to the social context. In the work are portrayed the different aspects of the Angolan society, as a result of ethnic diversity and also the colonial era, characterized by the imposition of European culture that influenced, directly, the national identity crisis in Angola. Filhos da Pátria (2008) shows for the readers with the "several Angolas" living in the same territorial area by means of a literature so rich, but still little publicized, even in Portuguese-speaking countries such as Brazil. The work aims also a short historical outline that specifies the reasons for Angola, and even Africa, are considered social mosaic. After all, the story influences the culture and identity of peoples, as well as they influence the story to find in literature an important source of representation. Besides the discussion that will be displayed in the first and second chapter, we elected three stories for the third chapter - "Ngola Kiluange", "Shakespeare Ataca de Novo" and "Abel e Caim"- representing the theme about multiculturalism, the visible narratives strategies in the narrator's intrusion and intertextuality.

Keywords: National identity. Angola. Multiculturalism. nation.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 CONTEXTUALIZAÇÃO .....	16
2.1 Das Raízes Multiculturais Em Angola: Aspectos Históricos e Literários.	16
2.2 Multiculturalismo Como Cerne da Nação e da Identidade Angolana .....	29
3 A AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL ANGOLANA ATRAVÉS DA EXPRESSÃO DO MULTICULTURALISMO EM <i>FILHOS DA PÁTRIA</i> , DE JOÃO MELO.....	34
3.1 Análise do conto “Ngola Kiluanje” .....	34
3.2 Análise do Conto “Shakespeare Ataca de Novo” .....	41
3.3 Análise do Conto “Abel e Caim” .....	49
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	58

# 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo justifica-se, primeiramente, por nosso grande interesse em literatura angolana e, em especial, pelo livro de contos *Filhos da Pátria* (2008) do escritor João Melo. Em segundo plano, mas, não menos importante, pela necessidade de efetivação de estudos na área das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa.

A escrita angolana possui uma grande proximidade com a literatura brasileira, e isto se dá, cremos, devido à pluralidade de cores, sons, vozes, estilos, que a torna tão familiar ao leitor brasileiro. Além disso, tal literatura seduz um variado segmento de leitores, por possuir uma leveza – que vem da simplicidade do povo – misturada à densidade provinda de seus temas fortes e engajados à realidade do país.

As Literaturas Africanas em Língua Portuguesa, se consideradas africanas por serem livres, ainda são muito jovens devido à recente descolonização, na década de 70. Até as efetivas independências, as escritas da época eram classificadas como “literaturas colonialistas”. No entanto, a literatura de libertação afluía como uma importante arma contra a dominação colonial apresentando, assim, ao lado de fuzis e balas, a “pena” e o papel.

A literatura angolana liberta, ainda jovem, com pouco mais de 35 anos, mas apresenta densidade, riqueza e importância histórico-literária, que exigem que seus estudos estejam na ordem do dia. Desta forma, é em tal necessidade que o presente estudo encontra uma de suas principais fontes de inspiração.

Já a afirmação da identidade nacional expressa pelo multiculturalismo, presente nas obras dos mais variados escritores angolanos, faz da literatura de Angola algo tão peculiar quanto o povo que a inspira, a escreve e a fomenta. Ao observar tais características, gritando latentemente em *Filhos da Pátria* (2008), sentimos a necessidade de escrever sobre este rico material histórico, literário e social.

O foco nas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa justifica-se, ainda, pela necessidade de criação de oportunidades de contato de leitores, educadores e estudiosos, com

tais escritores e obras, principalmente, no Brasil. Primeiro, devido à qualidade de tais escritos, atualmente divulgados e premiados. Em segunda instância, por nosso país ter recebido tanto influência portuguesa, cuja literatura é conhecida, lida, divulgada e largamente estudada nas universidades, quanto africana, cuja literatura, porém, ainda está por ser descoberta.

A colonização foi portuguesa; apesar disso, em nosso solo, a herança cultural escrava, ou seja, a africana é tão marcante quanto à influência lusa. Tal afirmação pode ser observada por meio das marcas africanas deixadas na culinária, na música, no vestuário, na religião e na genética, para citarmos apenas alguns exemplos. Desta forma, faz-se também necessário o estudo da cultura africana em grau de igualdade e importância ao estudo da cultura portuguesa.

Além disso, as Políticas Públicas e Educacionais Brasileiras notaram que havia, e ainda há, uma defasagem no que diz respeito ao estudo e à divulgação das histórias, culturas e literaturas africanas; por isso, foi instituída a Lei 10.639/2003 estabelecendo que:

LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

No entanto, para plena realização da Lei 10.639, é necessário que a base da educação, a docência, seja capacitada frente a tais assuntos. Sendo assim, referente à capacitação docente, as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas* (2004, p.17) afirmam que: “A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores”.

É, portanto, papel da universidade a capacitação de seus educandos e, indo além, mais do que leis e políticas educacionais, é necessária a incorporação de práticas favoráveis à disseminação da história, cultura e literatura africana e afro-brasileira. Por este viés,

acreditamos que leis não são suficientes para efetivação de mudanças e, sim, que as transformações devam ser fruto da conscientização de cada indivíduo.

Só a partir do momento em que as literaturas e culturas africanas forem estudadas e valorizadas dentro do meio acadêmico é que, certamente, teremos reflexos deste conhecimento nas escolas. Caso contrário, a história e as culturas africanas serão encaradas, apenas, como mais um conteúdo escolar a ser cumprido.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso possui, ainda, como objetivo a realização de um estudo sobre a representação do multiculturalismo angolano na obra *Filhos da Pátria* (2008), do escritor João Melo, como forma, entre outras não abordadas neste estudo, de demarcação de características próprias da cultura e da literatura angolana e de restauração da identidade nacional silenciada pelos colonizadores europeus durante o período colonial.

O *embranquecimento*<sup>1</sup> das culturas nacionais sofrido por Angola, igualitário a outros países também colonizados, era de fundamental importância para o sucesso da investida colonial portuguesa. Tal justificativa pode ser observada em Chaves (2005), baseada nos estudos de Frantz Fanon, e explicitada no seguinte fragmento:

[...] Franz Fanon [...] apontando as estratégias de inferiorização do dominado como fundamentais para a justificação das desigualdades a serem perpetuadas pelo colonialismo [...] Neste espírito, o processo de submissão demanda ações que conduzam a uma total desvalorização do patrimônio cultural do dominado. No limite, ele deve ser desligado de seu passado, o que significa dizer, exilado de sua própria história. (CHAVES, 2005, p.47-48).

O colonizador, assim, encontrava, na cultura que tentava impor, uma forte arma de domínio social. Já o dominado, por sua vez, ao perceber tal artifício, usava como forma de libertação, segundo Chaves (2005, p.48), baseado no mesmo autor acima mencionado, a “revalorização da tradição rompida, que nunca é completamente destruída, uma vez que ficam sempre, mesmo que dormindo sob a terra, alguns traços desse inventário”.

---

<sup>1</sup> Termo usado por Teixeira para se referir à assimilação de um povo, espontânea ou imposta, da cultura europeia em detrimento a sua cultura, africana. Disponível em: <<http://www.uea-angola.org/artigo.cfm?ID=669>>

A revalorização da cultura nacional, pré-colonial, é fortemente difundida por meio da escrita. A literatura passa a ser usada como arma de libertação nacional – anos antes da independência em 1975, entre as décadas de 40 e 50 – e como forma de reestruturação cultural no período pós-colonial, uma missão ainda vigente na Angola atual.

A independência, em 1975, dá à população a oportunidade, dentre tantas outras, de voltar a seu passado histórico e de procurar suas raízes livremente. E é, exatamente, este movimento de volta as origens que os atuais escritores angolanos, entre os quais se destaca João Melo, estão praticando. No entanto, não é uma ingênua retomada do passado, uma vez que tal jamais poderá ser reconstituído, mas sim a busca da essência que hoje, misturada a elementos de outras culturas, ajuda a constituir a identidade angolana atual.

Aníbal João da Silva Melo nasce em 1955 na cidade de Luanda, justamente, em meio à efervescência do processo de libertação cultural e nacional, fomentado, largamente, pela escrita. Melo começou sua trajetória literária na poesia nos anos 80, ou seja, pouco após a independência de seu país, com a publicação do livro *Definição*, 1985. Na bibliografia<sup>2</sup> constam, ainda, outros seis livros poéticos e quatro livros de contos, todos conceituados como reflexo da genuína identidade nacional angolana.

*Filhos da Pátria* (2008), como o próprio título sugere, tratará do povo angolano. No entanto, este povo é formado por variadas esferas: culturais, sociais, étnicas, raciais, políticas, religiosas etc. O escritor, por meio de seus contos, tenta dar conta do mosaico cultural angolano, mostrando que a identidade cultural do país está presente no seu caráter multicultural.

João Melo consegue estabelecer elos entre o passado e o presente histórico de Angola, para, por meio deles, definir o povo angolano. Um povo que, em sua essência, é formado por dez etnias e, como se não bastasse, estas são divididas em inúmeras outras tribos, sem esquecermo-nos de citar a influência do povo português e as misturas resultantes deste contato. Neste contexto, não há uma Angola “una” e sim várias Angolas que, convivendo em

---

<sup>2</sup> POEMAS: *Definição* (1985); *Fabulema* (1986); *Poemas Angolanos* (1989); *Tanto Amor* (1989); *Canção de Nosso Tempo* (1991); *O Caçador de Nuvens* (1993); *Limites e Redundâncias* (1997). CONTOS: *Imitação de Sartre e Simone de Beauvoir* (1998); *The Serial Killer e Outros Contos Risíveis ou Não* (2000); *Filhos da Pátria* (2001, Angola e Portugal e 2008, Brasil); *O Dia em que o Pato Donald Comeu pela Primeira Vez a Margarida* (2006).

um mesmo espaço territorial, formam um país multiétnico, e é isto que João Melo tenta deixar explícito em *Filhos da Pátria* (2008) e que pretendemos analisar e explicitar por meio do presente estudo.

Visando alcançar os objetivos, até então elencados, o desenvolvimento deste trabalho será baseado na pesquisa bibliográfica. Esta será fundamental para a análise dos temas destacados no livro, – relação existente entre a caracterização da identidade nacional angolana e o multiculturalismo.

Ainda, à procura de um bom levantamento teórico serão utilizadas fontes de pesquisa diversificadas, tais como: livros, dissertações, monografias, teses de mestrado e doutorado, revistas, artigos e *sites da internet*.

O planejamento do presente estudo seguiu a uma gradação de etapas, semelhante à sugerida por Silva (2001), quanto a metodologias de pesquisa, apresentadas a seguir:

- fase decisória: referente à escolha do tema, à definição e à delimitação do problema de pesquisa;
- fase construtiva: referente à construção de um plano de pesquisa e à execução da pesquisa propriamente dita;
- fase redacional: referente à análise dos dados e informações obtidas na fase construtiva. É a organização das ideias de forma sistematizada visando à elaboração do relatório final. A apresentação do relatório de pesquisa deverá obedecer às formalidades requeridas pela Academia. (p.22).

A análise do livro, focada em questões multiculturais e identitárias, faz com que tenhamos como temas-chave, deste projeto, referenciais bibliográficos e autores – Stuart Hall, Rita Chaves, Laura Padilha, Benjamin Abdala Junior, Mesquitela Lima, Thomas Bonnicci, Giovanna Dealtry – basicamente, ligados aos estudos e conceitos de cultura e multiculturalismo; identidade nacional e nação; história e literatura angolana; narrador e intertextualidade, e, por fim, de literatura pós-colonial.

Ao referirmo-nos a tais questões, é importante partir do micro para o macro contexto. Desta forma, carece que os capítulos deste estudo, primeiramente, deem conta sinteticamente da história mais recente de Angola e de sua literatura; em segundo lugar, dos conceitos

numerados como imprescindíveis ao estudo, para só então alcançarmos a análise dos contos selecionados.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO

### 2.1 Das Raízes Multiculturais Em Angola: Aspectos Históricos e Literários

*Em sociedades emergentes, com um passado colonial recente, a literatura é veículo muito importante na construção da identidade literária. Isto é: por razões que tem a ver com a especificidade do processo libertário, a identidade literária tornou-se uma componente fundamental do cadinho da identidade que se pretende nacional.*

*Inocência Mata*

O escritor João Melo é herdeiro de um legado literário que busca caracterizar a angolanidade, uma incógnita que só é passível de ser, parcialmente, compreendida por meio dos estudos multiculturais. O autor mostra ao mundo e, também aos africanos, uma África desconhecida e uma Angola marcada por aspectos multiculturais/multiétnicos pintados com cores fortes e variadas.

Entretanto, para compreender, satisfatoriamente, as questões identitárias, marcadas pelo multiculturalismo, representadas em *Filhos da Pátria* (2008) e, até mesmo os conceitos teóricos de multiculturalismo e identidade, é imprescindível o conhecimento da diversidade étnica angolana e de suas raízes, ou seja, conhecer a história deste povo. Tal conceito pode ser observado em Chaves (2005, p.45):

Profundamente marcada pela história, a literatura dos países africanos de língua portuguesa traz a dimensão do passado como uma de suas matrizes de significado. A brusca ruptura no desenvolvimento cultural do continente africano, o contato com o mundo ocidental estabelecido sob a atmosfera de choque, a intervenção direta na organização de seus povos constituíram elementos de peso na reorganização das sociedades que fizeram a independência de cada um de seus países. Tão recentes, e feitas no complexo quadro da conjuntura internacional dos anos 1970, essas independências não dariam conta do desejo de acertar o passo na direção do projeto utópico que mobilizara os africanos. Como herança, o colonialismo deixava uma sucessão de lacunas na história dessas terras e muitos escritores, falando de diferentes lugares e sob diferentes perspectivas, parecem assumir o papel de preencher com o seu saber esse vazio que a consciência vinha desvelando.

A partir de tal constatação, traçaremos uma trajetória histórica iniciada pelo cerne da crise identitária angolana, a colonização.

Angola foi uma das colônias portuguesas mais fortemente explorada, principalmente, quanto a utilização de seu povo como mão-de-obra escrava nas Américas. Os portugueses procuravam prata no solo angolano; não encontrando, fizeram da matéria humana sua central fonte de lucro. Esta, como muitas explorações colonizadoras na África, definiu o futuro do povo africano, deixando marcas até os dias de hoje.

O tráfico negreiro perdurou por muitos anos e foi um investimento bastante rentável a Europa e, em especial, a Portugal. Entretanto, no Congresso de Viena (1815), foram estabelecidos novos rumos ao continente Europeu, estimulado pela nova ordem econômica mundial capitalista, e, entre eles, a restrição do tráfico negreiro acima da Linha do Equador, melhor explicitado a seguir:

Ao continente negro seria atribuída uma nova função. O outrora exportador de seres humanos reduzidos ao cativeiro passaria agora a ser fornecedor de matéria-prima e riquezas naturais aos Estados 'industrializados'. Para tanto era necessário aos Estados colonialistas possuírem o controle das fontes produtivas, plantações, minas, etc. À nova ordem econômica ocidental, que se tornaria hegemônica, não era mais interessante o êxodo de africanos, pois estes poderiam atender, em seu próprio território, as necessidades imperialistas ocidentais, servindo ao mundo "civilizado" como mão-de-obra barata e consumidores dos produtos manufaturados. (ASSUMPCÃO In: BARROSO; SILVA, 2008, P.78).

Na África o processo de colonização deixou cicatrizes profundas nas sociedades locais. O colonizador europeu não respeitou as culturas africanas e nem as diversidades étnicas, como nos afirma Teixeira:

Os séculos de colonização portuguesa em África ocasionaram a junção de povos de culturas diversas, ou mesmo inimigos e o dispersar dessas culturas autóctones, o que acabou por culminar em uma crise de identidade. Por imposição dos colonizadores ou mesmo por terem assimilado as ideologias preconceituosas difundidas pelos mesmos, os povos das então colônias sofreram um processo denominado embranquecimento cultural. Não obstante, as culturas africanas não foram totalmente destruídas. Em Angola, é por volta de fins dos anos 40 do século XX que as tradições locais irrompem na literatura. Revivem-se mitos, rituais, costumes mascarados pelos colonizadores. Em segundo plano, denunciam-se as barbáries da

colonização. Época de resistência à cultura europeia e visita ao tempo pré-colonial, em busca da identidade nacional<sup>3</sup>.

João Melo escreve sobre uma sociedade atual, em um tempo contemporâneo ao seu; mesmo assim, continua, através da literatura, buscando caracterizar e registrar a identidade nacional silenciada durante o período da colonização portuguesa e que vem sendo resgatada pelos escritores angolanos em suas obras desde a década de 40.

A identidade angolana está sempre por definir e redefinir, como um processo contínuo e nunca acabado, pois anterior à colonização já existia a diversidade étnica. Angola, historicamente, é um todo constituído por dez povos ou grupos étnicos que, partilhando o que tem em comum, ainda, montam os alicerces da sociedade genuinamente angolana.

Contudo, a identidade nacional, caracterizada, entre outros aspectos, pela diversidade étnica, muitas vezes é desestabilizada por esta mesma multiplicidade. Tal desequilíbrio, mistura de etnias, foi introduzido pelos povos colonizadores a partir da Conferência de Berlim (1885) em que foi estabelecido um acordo que dividia o território africano em colônias a serem distribuídas às principais potências europeias.

Como esclarece Teixeira, visando o lucro e o poder colonial, não houve o menor respeito ou preocupação quanto a esta divisão. Tribos de mesma etnia foram separadas e, até mesmo, tribos de etnias diferentes passaram a conviver juntas. A desestruturação social fez os povos, com o decorrer do tempo, perderem ou deixarem de reconhecer sua identidade, estabelecendo, assim, a crise. Para apreendermos melhor, tais divisões, vejamos o panorama traçado por Helder Ponte:

As fronteiras das Colônias africanas atravessam territórios antes unidos sob a soberania de vários estados nativos, resultando na geopolítica actual africana, onde encontramos o território tradicional dos antigos estados africanos repartido entre vários estados actuais, [...] ou ainda dos territórios actuais que incluem vários estados antigos, como ainda é o exemplo do território actual de Angola, que inclui parte dos territórios de dez povos que anteriormente ao colonialismo europeu faziam parte de estados independentes com soberania própria e efectiva sobre o seu território tradicional<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Fonte: <<http://www.uea-angola.org/artigo.cfm?ID=669>>

<sup>4</sup> Fonte: <http://introestudohistangola.blogspot.com/2006/05/33-diversidade-tnica.html>

Angola, portanto, é uma nação formada, caracterizando a grosso modo, por dez outras nações. Fato que já seria suficiente para impulsionar a crise de identidade nacional a aqueles que acreditam ser a homogeneidade sinônimo de nação.

Mesmo com tanta diversidade, novas divisões sociais surgiram como consequência do sistema colonialista e, até bem próximo da independência, a sociedade angolana era dividida, de maneira geral em: brancos privilegiados, colonos brancos pobres, mestiços, negros assimilados e os negros não assimilados, os chamados ‘indígenas’.

A pirâmide social angolana era estipulada pela cor da pele; quanto mais clara, maior seria o prestígio e a aceitação do indivíduo no meio social. Para os negros, um recurso oferecido à aceitação e uma forma de maquiar o racismo advindo dos colonizadores, que afirmavam serem todos os africanos bem-vindos à cultura portuguesa, chamava-se assimilação. A respeito do assimilado Manoel dos Santos Lima nos esclarece que:

Enquanto produto da colonização ele é, socialmente, um híbrido sentado entre duas cadeiras. Numa sociedade em que os próprios portugueses eram classificados de Brancos “de primeira” (da Metrópole) e Brancos “de segunda” (nascidos nas colônias), para os Assimilados só restava o terceiro lugar, a condição de “pretogueses”, isto é, portugueses “de cor”, ou seja, nem uma coisa, nem outra. O processo de assimilação começava com a destruição das sociedades tradicionais seguida da imposição da cultura portuguesa, para terminar com a dissolução dos assimilados na pirâmide social lusitana, a fim de não constituírem elites contestatórias, geradoras de líderes potenciais. (LIMA In: TEIXEIRA, 2002).

Os africanos eram encorajados a acreditar que faziam parte da sociedade portuguesa, mas na verdade eram manipulados em favor do sucesso da empreitada colonial. O plano colonialista conseguiu afastar os africanos de suas raízes culturais, ao mesmo tempo em que, controlava possíveis represálias por meio da promessa de ascensão social. Na verdade a assimilação sempre foi uma estratégia maquiada de “bem feitoria” que tentava desafricanizar os africanos, entretanto, sem torná-los portugueses.

O pensamento expresso do negro devia estar em sintonia com os princípios da colonização portuguesa na esperança de, assim, melhorar suas condições materiais e morais. Para tanto, na colônia foram estabelecidos dois modelos de ensino: um destinado aos portugueses e assimilados e outro destinado aos indígenas. Enquanto o primeiro seguia os

padrões intelectuais da metrópole, o segundo se resumia ao ensino rudimentar do ler, escrever e falar da língua portuguesa.

No entanto, em meados da independência havia um elevado número de portugueses vivendo em Angola. Isto, graças à emigração em massa estimulada, nos anos 60, pela riqueza petrolífera. Este fato acabou mudando drasticamente as relações sociais/étnico-raciais. Os mestiços e alguns negros passaram a receber o mesmo tratamento dos negros comuns, pois os emigrantes brancos se apropriaram das esferas sociais privilegiadas, antes de posse da população “angolana” assimilada. Tal situação manteve-se até 1975, pois com a independência, os portugueses abandonaram o país, por medo das disputas internas pelo poder que ocorreriam em Angola e, também, receosos quanto à situação já experimentada em outros países após a independência.

Angola, em 1975, torna-se independente, porém não unificada. Com a Revolução dos Cravos, Portugal entrega o poder, de sua última colônia, ao MPLA, partido que tem como presidente Agostinho Neto. Não obstante, tal decisão não é bem aceita por todos os angolanos e inicia-se, neste período, a luta armada pelo poder administrativo nacional, em uma guerra sanguinolenta.

O país vê-se novamente dividido, não apenas em etnias, mas politicamente, entre os três principais movimentos de libertação: MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola (criada na década de 50), FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola e UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola (da década de 60). “Os três grupos, além de lutarem contra Portugal, lutavam entre si”. (SILVA In: BARROSO; SILVA, 2008, p. 132).

A MPLA e a FNLA apresentavam envergaduras políticas opostas. Enquanto a MPLA seguia a corrente marxista-socialista, a FNLA apoiava o capitalismo. Já a UNITA era anticomunista e pró-ocidental, que vislumbrava o capitalismo, e contra qualquer tipo de pensamento socializante. Este último movimento, para se fortalecer, recrutava seus homens para a chamada FALA (Força Armada de Libertação de Angola) que obtinha capital através da exploração dos diamantes encontrados em solo angolano. A pior estratégia da UNITA, entretanto, dizia respeito à utilização de minas terrestres, encontradas até hoje, responsáveis

pela mutilação de milhares de pessoas, dentre as quais crianças, e pela defasagem agrícola, já que os campos foram minados.

Os movimentos antes de 1975 já caminhavam separadamente rumo à independência de Angola, lutando isolados contra o domínio português e uns contra os outros. A MPLA, a FNLA e a UNITA almejavam, igualmente, a independência de Angola, contudo, também vislumbravam para si as rédeas da administração política. Desta forma, tais frentes nunca chegaram a uma unidade, prova disso é que, como explicita Hernandez (2005), cada movimento assinou um acordo de cessar-fogo com os portugueses: a UNITA em 14 de junho; a FNLA em 12 de outubro; e o MPLA em 21 de outubro, todos no mesmo ano de 1974.

Em 11 de novembro de 1975, o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), presidido por Agostinho Neto declarou a independência de Angola e assumiu o poder. Cessa-se a luta contra Portugal, mas permanece a luta interna, graças ao desagrado das duas frentes que não chegaram ao topo político angolano. Para agravar a situação, durante a Guerra Fria a MPLA passou a receber apoio da União Soviética e, principalmente de Cuba, enquanto, a UNITA recebia ajuda dos EUA e apoio logístico e humano da China.

As lutas internas em Angola só foram possíveis graças ao apoio financeiro dado pelas potências externas, socialistas e capitalistas. Apesar disso, tal apoio era acompanhado de estratégias políticas que visavam extrair vantagens da fragilidade político-social de Angola, da dependência econômica e da necessidade bélica. Acabada a Guerra Fria e restaurada a paz mundial, o interesse das principais potências mundiais por Angola desaparece e durante anos a ONU tenta em vão restabelecer a paz por meio de missões pacificadoras. Para tanto, é criada a UNAVEM (United Nation Angola Verification Mission – Missão de Verificação Angolana das Nações Unidas); a UNAVEM I; a UNAVEM II; a UNAVEM III; a MONUA (Missão de Observação das Nações Unidas em Angola); uma base da ONU em Angola, denominada UNOA (United Nations Office in Angola - Escritório das Nações Unidas em Angola), e a MNUA (Missão das Nações Unidas em Angola), todas fracassadas.

A guerra civil em Angola se arrastou por quase trinta anos; só houve trégua devido à morte do líder da UNITA, que acarretou na assinatura em 4 de fevereiro de 2002 do cessar-fogo contra o governo. O período de 1961 a 2002 pode ser dividido em três fases, conforme Simões (2009): a primeira de 1961 a 1974, que foi a guerra de independência contra a colônia;

a segunda fase é marcada pela guerra civil entre o MPLA e a Unita; e a terceira e última foi a fase de 1992 a 2002, período de guerra e paz tenso, que foi marcado pela tentativa da comunidade internacional de garantir a estabilidade no país.

Durante os anos de disputa, o maior apoio ao MPLA veio dos países do leste-europeu, principalmente da União Soviética, e de Cuba, a ilha comunista de Fidel Castro. Esta prestou apoio militar, inclusive com o envio de tropas, nas vésperas da independência angolana, em outubro de 1975. É importante ressaltar que o Brasil também foi um dos apoiadores do partido de Agostinho Neto e o primeiro país a reconhecer, mesmo que informalmente, a independência angolana. As disputas internas fazem com que o país que já era multicultural, após tantas separações, seja caracterizado como um mosaico social.

Angola, atualmente, é um país jovem que precisa se recompor estrutural e emocionalmente depois de tantos anos de batalha. As cidades angolanas carregam em suas ruas e prédios as cicatrizes deixadas pelas guerras e, ainda, convivem com a falta de estrutura provinda da destruição e do déficit de recursos financeiros. Cada pessoa carrega em si as marcas, visíveis ou não, de uma história triste e confusa.

João Melo, engajado nas definições de características da identidade nacional, extrai subsídio, para seu fazer literário, da degradação social e da crise de identidade causadas por diversas mudanças enfrentadas pelo país, entre o período colonial e de pós-independência. Todavia, a inspiração literária, galgada na demarcação do contexto social e na afirmação de uma angolanidade<sup>5</sup>, não é uma exclusividade dos escritos de Melo. Muitos outros autores comprometeram-se, tendo como instrumento a linguagem, em reestruturar a identidade angolana no período pós-75. A história da literatura angolana mostra que tal não surgiu apenas por necessidade estética, mas como testemunho de gerações de escritores que durante o período colonial fizeram da “pena” um instrumento que dinamizou o processo de libertação de Angola.

É importante ressaltar, ainda, que em Angola, a literatura possui suas raízes históricas plantadas na história da imprensa nacional, pois na era colonial a literatura era controlada pela classe dominante que emitia pareceres sobre a forma literária e manipulava a publicação e

---

<sup>5</sup> Utilizamos o termo nos referindo a todos os aspectos - culturais, sociais, linguísticos, religiosos, políticos, etc. – que demarcam a identidade angolana.

distribuição dos textos. Mesmo assim, os escritores só passam a ter voz quando “a imprensa desponta como força responsável pelo surgimento de um primeiro reduto capaz de romper o silêncio imposto pela estrutura colonial” (ABDALA JÚNIOR In: CHAVES; MACEDO 2006, p. 211).

Esta ânsia por expressão faz com que, a princípio, as publicações literárias tivessem por característica o desabafo contra a dominação social e política. Entretanto, segundo Marcon (2005, p.48) vale lembrar que:

Primeiro, as narrativas sobre a “cultura nacional” dão ênfase à “singularidade”, à “ancestralidade” e à “continuidade” das comunidades, sejam elas imaginadas como “puras” ou como “mistas” e, segundo, que tais narrativas contam, recontam e atualizam incessantemente os significados sobre a nação e a identidade nacional.

Aos poucos o foco da escrita movimenta-se, indo ao encontro da identificação com a terra. A paixão exacerbada pela terra é uma característica da literatura africana e angolana, que pode ser notada desde seus primórdios até os dias atuais.

Desta maneira, o nacionalismo, unido ao desejo de libertação social, faz com que na década de 40 surja um movimento, a partir de Luanda, conhecido pela sugestiva frase: “Vamos descobrir Angola”. Neste momento, são lançadas as premissas para a passagem da resistência não armada, que não acarretava muitos resultados, à resistência armada marcante no final dos anos 50.

Conforme Chaves (2005, p.46), o nome do movimento, “Vamos descobrir Angola”, carrega em si “a noção de recuperação de uma franja do passado [...] tratava-se, pois, de uma depuração, buscando destacar o que seria o genuinamente angolano, ou seja, o que lá estava antes da contaminação imposta pela sociedade colonial”. Temos assim, a busca pela identidade e cultura popular angolana em detrimento dos padrões culturais eurocêntricos. O angolano passa a ser sujeito de sua trajetória histórica, negada durante séculos, e não mais um coadjuvante de seu próprio passado e destino.

Nasce, como fruto desta visão, a literatura verdadeiramente angolana com as cores, rostos e gostos nacionais. “A literatura (re)descobre o país para (re)imaginá-lo” (ABDALA JÚNIOR In: CHAVES; MACEDO 2006, p. 213). Desta época histórica podemos destacar como principais autores: Agostinho Neto, António Jacinto e Viriato da Cruz. Contudo, é importante observar a ressalva de Padilha (2002, p.47) quando diz que:

O problema que se põe – quando se pensa a produção literária dos países africanos de língua oficial portuguesa, que só há duas décadas conseguiram entoar a melodia das independências – diz respeito à forma como se apresenta, nas malhas dos textos, a questão da diferença, percebida no pós-colonialismo não mais como uma tensão entre o próprio e o alheio, mas como o enfrentamento entre o próprio e ele mesmo.

Na década de 50, a publicação da revista *Mensagem* (criada pelos “Novos Intelectuais”) mudaria o quadro literário. A revista se resumiu a apenas duas publicações, mas, mesmo assim, é de fundamental importância para a história da literatura angolana por reunir em suas páginas obras de escritores representativos da época. Sendo especialmente formada por poetas, esta geração se destacou por trilhar passos rumo a uma escrita verdadeiramente angolana. Até então, a literatura era voltada para a poesia, cujo tema fazia associações entre a pátria e a natureza, numa espécie de exaltação.

A literatura moderna desromantiza o “amor à terra”, dando a ele elementos de caráter social. Com isso, a escrita angolana, nos anos que precedem a independência, passa a montar, literariamente, um futuro do há de vir, ou seja, pós-independência. É implementada, desta forma, nos leitores, a vontade de libertação, visto que os textos transfiguravam os contornos de uma sociedade livre do colonialismo e da repressão. “A luta pela libertação começa pela restauração da cultura pré-colonial: o intelectual nativo descobriu que nela ‘não havia nada no passado para se envergonhar; havia a dignidade, a glória e o respeito’” (FANON, 1990, p.169 apud BONNICI, 2000, p. 37).

A literatura pré-75 foi, portanto, uma importante arma de combate à colonização, em que os grupos minoritários fizeram-se ouvir por meio da palavra escrita. Os textos durante o período de libertação assumem imaginariamente o compromisso de desenhar as fronteiras da nova nação, tanto no campo físico – visto que a divisão territorial africana e angolana fora estabelecida pela Conferência de Berlim (1885) – quanto no campo literário – com o

nascimento de uma escrita voltada para o nacional em detrimento aos padrões europeus. Desta maneira, são combatidas as práticas de apagamento histórico cultural a que foi submetido o povo africano.

No ano de 1957, o ressurgimento de um jornal intitulado *Cultura* dá o impulso que faltava à publicação de textos em prosa. Segundo Abdala Junior “uma prosa revigorada no contato com a sociedade angolana [...] sem que se apague a força do poema, a narrativa começa a empreender passos mais seguros neste mapa literário” (ABDALA JUNIOR In: CHAVES; MACEDO 2006, p. 214). Os escritores começam a se aventurar por novas formas textuais. Nesta época ganham destaque nomes como: Arnaldo Santos, Costa Andrade, Ernesto Lara Filho, Henrique Abranches, Henrique Guerra, João Abel, José Luandino Vieira, Manuel Lima e Mario Guerra.

Contudo, tanta movimentação cultural tornou-se ameaçadora aos olhos da metrópole, pois um povo ignorante é facilmente dominado, já uma estrutura social intelectualizada não se curva perante o dominador. A fim de combater tamanha efervescência cultural, que se tornava perigosa para o plano colonial, a medida tomada foi a mais previsível, ou seja, a prisão dos intelectuais que se manifestavam contrários ao quadro de dominação secular. Mas as prisões, muitas em campos de concentração, não intimidaram ou silenciaram os escritores que continuaram o seu importante trabalho de contestação política e de registro social. Entretanto, tal literatura só se materializaria em papel e tinta após a Independência, em 1975, graças ao exercício da memória ou a incorporação destas na literatura oral.

Aliada às questões políticas, a literatura angolana, portanto, há muito tempo tem como matriz geradora o resgate da cultura popular, da identidade nacional, de suas raízes e quantas outras denominações possíveis. Segundo Padilha (2002, p. 28):

A ficção contemporânea, em seu empenho ideológico de contribuir para a construção da nacionalidade, por diversos processos e caminhos, busca definir os limites do que significa uma fala literária própria. Nesse sentido, acirra-se o desejo de recuperar tudo aquilo que é percebido pelo imaginário como representativo de um passado local onde se fincam as profundas raízes de uma identidade nacional que, como se sabe, está ainda em processo de formação, dada a diversidade étnica existente.

Diante de tal afirmação é importante ressaltar que a procura de uma identidade nacional angolana, anterior à colonização, não significa necessariamente uma tentativa de retorno ao passado e anulação da identidade nacional, colonial e pós-colonial, marcadas pela miscigenação cultural. Nos estudos de Bonnici (2000), sobre o processo de descolonização e sua influência nas sociedades pós-coloniais, encontramos duas visões opostas sobre a relação entre descolonização e cultura, a seguir especificadas:

Ngugi (1986) e Huggan (1995) consideram o colonialismo como uma fase histórica e que o renascimento da cultura indígena outrora florescente anulará todos os malefícios que informaram a cultura no período pós-colonial. Por outro lado, Willims (1969) afirma que os traços da história jamais podem ser apagados ou ignorados. A cultura híbrida e sincrética dos povos pós-coloniais é fator positivo e uma vantagem da qual recebe a sua identidade e força. (BONNICI, 2000, p.21)

Concordamos com o pensamento de Willims, pois acreditamos que a busca das raízes sociais angolanas, tão mencionadas e almejadas, não equivale ao retorno à estrutura cultural pré-colonialista. É notório que as sociedades evoluem e que sofrem modificações por meio do contato com outras culturas, dando-se o hibridismo cultural.

Segundo Chaves (2005), “a literatura em Angola parece atribuir-se a função de desenhar o rosto de um povo ainda sem ele, de dar voz a uma gente ainda condenada ao silêncio”. Assim, temos uma literatura marcada pela tentativa de caracterização da identidade nacional de um povo que, devido o apagamento cultural sofrido durante a era colonial, aliado à miscigenação com culturas estrangeiras, e mesmo entre etnias de seu próprio país, não sabe ao certo se tal hibridez cultural é genuinamente sua identidade. Não há, portanto, como, simplesmente, ignorar a influência cultural trazida pelo povo europeu. Assim como, não existem maneiras de apagar os séculos de história marcados pela dominação estrangeira em África e, ilusoriamente, retornar à estrutura sociocultural do continente africano pré-colonial.

A escrita de João Melo enquadra-se, baseado em tudo que foi dito até o momento, na literatura “pós-colonial”. Leite (2003, p.11) conceitua “pós-colonial” como o “termo usado pela crítica, em diversas áreas de estudo, para discutir os efeitos culturais da colonização”. A crítica pós-colonialista levanta questionamentos sobre as relações existentes entre cultura e imperialismo a fim de caracterizar a influência da colonização como um fenômeno mundial e

como um fenômeno local. A teoria e crítica pós-colonialista, portanto, é de basilar importância para o estudo das sociedades descolonizadas. Ainda, conforme Bonnici (2000, p.10):

Outro conceito a ser considerado é o de literatura pós-colonial, que pode ser entendida como toda a produção literária dos povos colonizados pelas potências européias entre os séculos XV e XX. Portanto, as literaturas em língua espanhola nos países latino-americanos e caribenhos; em português no Brasil, Angola, Cabo Verde e Moçambique; em inglês na Austrália, Nova Zelândia, Canadá, Índia, Malta, Gibraltar, ilhas do Pacífico e do Caribe, Nigéria, Quênia, África do Sul; em francês na Argélia, Tunísia e vários países da África, são literaturas pós-coloniais. Apesar de todas as suas diferenças, essas literaturas originaram-se da ‘experiência da colonização, afirmando a tensão com o poder imperial e enfatizando suas diferenças dos pressupostos do centro imperial’ (Ascroft et al., 1991).

As marcas do colonialismo estão presentes em todas as literaturas dos países citados, um fato que não poderia ser diferente, uma vez que estes sofreram influência estrangeira. O contato com o diferente, o choque entre costumes e a imposição da cultura do dominador foram demandas muito fortes que caracterizaram incisivamente a estrutura social e cultural dos povos dominados.

O livro *Filhos da Pátria* (2008) é um importante registro da nação angolana pós-colonial que carrega em si as marcas de uma Angola que já foi, misturada a uma Angola contemporânea. O autor, desta forma, ata as pontas do nó, passado e presente pós-independência, forjando, assim, o retrato da sociedade atual, em uma mistura de história real e história inventada. Tal pensamento corrobora com a seguinte citação de Chaves (2005, p.58):

A perspectiva do romance, incorporando o senso histórico, não dispensa invenção. Pelo contrário, a imaginação do escritor percorrerá os espaços vazios, as frestas que os discursos já formulados não conseguem preencher e, de forma deliberada, a história se vai completar [...] O passado, assim visto, é matriz da indagação, é porto para se interrogar a respeito do presente, é exercício de prospecção do futuro.

O autor recria o passado histórico misturando a este, toques de ficção, em uma remontagem da sociedade e da cultura. Por meio da literatura podemos reviver épocas, tentar mudar o presente e mesmo montar as tramas do futuro.

O modo de escrever de João Melo vai ao encontro de todas as características da literatura pós-colonial comprometida com a caracterização da identidade nacional angolana, ou seja, Melo é um exemplo de tudo que foi pontuado, até o momento, no presente estudo. O autor, ainda, se identifica com o que Abdala Junior julga ser a literatura angolana atual, a seguir especificada:

Configurar hoje a história da literatura angolana é vê-la como um processo de ruptura político-cultural contra a dependência colonial e de afirmação, sobre as particularidades regionais, de um horizonte mais amplo. Significa observar os textos literários produzidos no país, privilegiando os cortes operados na relação com os modelos externos, ato que possibilita a compreensão daqueles fenômenos que indicam como, por essas fendas do convencional, penetrar a maneira de ser e sentir a nação, dentro de uma dinâmica em que a memória cultural, em suas últimas instâncias, interage com um espaço prospectivo, em que a nacionalidade é (re)imaginada (ABDALA In: CHAVES; MACEDO, 2006, p.211).

Em João Melo as intervenções ficcionais baseadas nos fatos históricos são perfeitamente aceitáveis como verossímeis. O autor conta histórias que, quiçá, podem ter realmente se passado em algum lugar e em um dado momento de Angola.

Por isso, a retrospectiva histórica aqui desenhada é importante para o entendimento do fazer literário de João Melo em *Filhos da Pátria* (2008). Não há como apreender apropriadamente a obra sem conhecer, absolutamente, nada sobre a história do povo angolano, pois é dela que o autor extrai subsídio textual. No entanto, antes de focarmos as questões históricas, étnicas, raciais, culturais e, principalmente, multiculturais e identitárias, que permeiam o livro, faz-se necessário o esclarecimento dos vieses adotados sobre tais conceitos que constituirão, assim, um capítulo à parte.

## 2.2 Multiculturalismo Como Cerne da Nação e da Identidade Angolana

*Cultura como base comum do ser e estar de uma comunidade e, por isso, o chão onde vão ancorar todas as criações e projecções humanas – incluindo esta forma particular de conscientização que é a literatura.*

*Luís Bernardo Honwana*

O multiculturalismo, como aspecto central da nacionalidade angolana, está presente em grande parte das obras do escritor angolano João Melo. Em *Filhos da Pátria* não poderia ser diferente, o livro tratará dos angolanos, como o próprio título sugere, entretanto, angolanos num plural bem abrangente, já que a África, e nela Angola, é um caldeirão fervente onde borbulham diversos elementos. É por este motivo que não podemos falar em África, e sim em Áfricas. Mas antes de passarmos às questões específicas vamos refletir sobre o seguinte assunto: o que é exatamente cultura?

Mesquitela Lima, Presidente do Instituto de Estudos Africanos da Universidade Nova Lisboa, tem como esclarecedoras as definições de “cultura” encontradas em Gustav Klemm (1843 e 1855) e E.B. Tylor (1871), com as quais concordamos. No entanto, Lima acrescenta que:

Terei apenas de dizer que *cultura* constitui um *fenômeno absoluto* da humanidade, intimamente ligado ao problema de *identidade cultural dos homens*, o que faz com que se fale de *culturas*. Os homens são essencialmente iguais, não obstante serem iguais a certos outros homens e diferentes de todos os outros homens. Postulado paradoxal, mas é a realidade. As culturas, por consequência, mais não são do que reacções, comportamentais e condutas, mentais e físicas, que caracterizam um grupo social coletivamente e, na esfera individual, directamente relacionadas com o seu ambiente e outros grupos sociais. (LIMA, CRISTOVÃO; FERRAZ, 1997, p. 245 grifo do autor)

De acordo com o que afirma Mesquitela Lima, a cultura só existe devido às diferenças culturais observadas por meio da comparação dos diferentes indivíduos e suas variadas formas de pensar, agir, sentir, etc. Neste ponto, o conceito de Mesquitela Lima vai ao encontro da visão antropológica de cultura constatada em Silva (2007, p.86):

As diversas culturas seriam o resultado das diferentes formas pelas as quais os vários grupos humanos, submetidos a diferentes condições ambientais e históricas, realizam o potencial criativo que seria uma característica comum de todo ser humano. As diferenças culturais seriam apenas a manifestação superficial de características humanas mais profundas. Os diferentes grupos culturais se tornariam iguados por sua comum humanidade.

A significação de cultura, apresentada por Lima e por Silva, está diretamente ligada ao conceito de multiculturalismo, termo que caracteriza a existência de múltiplas culturas em um mesmo espaço social. O antropólogo Antônio Greco Rodrigues, importante pesquisador dos fenômenos culturais, possui uma definição do conceito de multiculturalismo – bastante pertinente ao presente estudo – a seguir apresentada:

O que significa multicultural? No seu sentido mais simples refere-se simplesmente àquilo que traz em si elementos de muitas culturas. Desse conceito inicial desenvolvemos a idéia de multiculturalismo, o jogo de diferenças, quando diversos elementos culturais se juntam dentro de um mesmo espaço, forjando as características de uma sociedade. Ele é frequentemente pensado como opondo-se ao etnocentrismo <sup>6</sup>.

O convívio entre culturas diversas, na maior parte dos contextos, não se dá de forma pacífica. O etnocentrismo impera, em muitas destas culturas, fazendo com que o próximo, possuidor de uma identidade diferente do grupo dominante, seja negado. Isto é exemplificado e observado claramente na relação colonizador/colonizado, mais especificamente, em África e Angola. Na era colonial, a dominação tinha como finalidade convencer os povos dominados de que a colonização era importante para trazer a luz a uma sociedade que se encontrava nas trevas culturais. A cultura nativa era vista como inexistente, desta forma, o dominador apresentava sua cultura como única e irrevogável, o povo aceitando ou não.

O colonizador português costumava impor sua cultura, vista como modelo de perfeição. “O processo de submissão demanda ações que conduzam a uma total desvalorização do patrimônio cultural do dominado. No limite, ele deve ser desligado de seu passado, o que significa dizer, exilado de sua própria história” (CHAVES, 2005, p. 46-47). A

---

<sup>6</sup> Fonte: <[http://www.tcdesign.uemg.br/en/pdf/antonio\\_greco.pdf](http://www.tcdesign.uemg.br/en/pdf/antonio_greco.pdf)>

identidade nacional com ênfase na dominação reproduz a alienação e suprime a cultura do outro.

Infelizmente, os detentores do poder dominante ditavam e, ainda ditam as regras culturais, fazendo com que os grupos minoritários tenham suas expressões culturais subjugadas e reprimidas, em uma atitude arbitrária de dominação. Entretanto, em Silva (2007) encontramos que:

Embora a própria Antropologia não deixasse de criar suas próprias relações de saber-poder, ela contribuiu para tornar aceitável a idéia de que não se pode estabelecer uma hierarquia entre as culturas humanas, de que todas as culturas são epistemológica e antropologicamente equivalentes. Não é possível estabelecer nenhum critério transcendente pelo qual uma determinada cultura possa ser julgada superior a outra. (p. 86).

Vimos em Silva (2007) que na Antropologia não há parâmetros consistentes que estabeleçam a superioridade de determinadas culturas sobre as demais. No entanto, a dita superioridade portuguesa vem de demandas muito antigas e profundas. O europeu, em geral, historicamente se julgava superior e negava a cultura alheia. Era como se os povos nativos fossem aculturados e a cultura eurocêntrica uma salvação. A observação das relações entre colonizador e colonizado, então, nos leva a concordar com o preceito de que as questões culturais não podem ser separadas das questões de poder.

O poder fez com que o multiculturalismo africano fosse negado pela cultura europeia branca. A superioridade não é uma característica natural, mas sim uma imposição criada pelo discurso, por isso, “são as relações de poder que fazem com que a ‘diferença’ adquira um sinal, que o ‘diferente’ seja avaliado negativamente relativamente ao ‘não-diferente’ (SILVA, 2007, p.87)”. Desta forma, “o colonizado aparece sempre representado como o ‘outro’, incapaz de assumir o papel principal de suprir suas necessidades como sujeito” (ROGEL, 2010, p. 183). Surge, assim, o movimento de modificação da identidade alheia, não como forma de igualar o nativo ao dominado, mas como forma de manipulação, uma vez que são impostas maneiras de viver, agir, falar, pensar, mas sempre muito bem dosadas, para que os nativos não se tornassem um ser igual ou superior ao dominador. Todavia, não podemos falar sobre multiculturalismo em Angola sem reportamo-nos à questões de identidade.

O conceito de identidade nacional, ou angolanidade, possui seu significado diretamente ligado ao de nação. A crise de identidade do povo angolano pode ser fruto, além da multiplicidade étnica e das imposições do colonialismo, de uma visão errônea que caracteriza nação como sinônimo de homogeneidade social. A visão homogênea de nação tem suas raízes fincadas no fato de que a história do grupo dominador era vista e revista como única e verdadeira. Na outra ponta do *iceberg* tínhamos a história do povo e das etnias subsequentes que, por sua vez, ficavam fadadas ao esquecimento. A má interpretação do que venha a ser a nação e cultura nacional tem relação direta com o seguinte preceito de Stuart Hall:

As culturas nacionais são uma forma distintivamente moderna. A lealdade e a identificação que, numa era pré-moderna ou em sociedades mais tradicionais, eram dadas à tribo, ao povo, à religião e à região, foram transferidas gradualmente, nas sociedades ocidentais, à cultura nacional (HALL, 2002, p.49).

Entretanto, como estipular paradigmas para a definição das nações se não existe um critério de identificação que possa ser destacado como o principal. Não há matemática que meça precisamente aspectos qualitativos e nem uma cultura que possa ser definida como modelo para medição e comparação das demais. Desta forma, cada nação é caracterizada isoladamente por aquilo que lhe é peculiar. Ainda, retomando Marcon (2005, p.48) encontramos que:

Nessa linha de pensamento, a nação geralmente é narrada e caracterizada por ‘critérios flutuantes’, que podem variar a sua ênfase entre a especificidade da língua, do parentesco, dos costumes, da história, do território, da religião, etc. Estes critérios também variam de nação para nação e podem ser percebidos como retóricas da identidade nacional que tocam os desejos, as angústias, as diferenças, as semelhanças, representando ou despertando ‘sentimentos de comunidade e solidariedade’. Neste caminho são as narrativas sobre a nação, com apelo a estes critérios flutuantes, que dão algum sentido às bandeiras, leis, heróis, mitos, cerimônias, acontecimentos e monumentos, como símbolos nacionais.

Creemos que a nação angolana é caracterizada, então, por sua própria diversidade cultural e étnica, visto que tal traço é o mais marcante. Conforme Fanon (1990, p.187 apud BONNICI, 2000, p.28-29) lutar por “uma cultura nacional significa, em primeiro lugar, lutar

para a libertação da nação, aquele ponto estratégico que torna possível a construção de uma cultura”. Só é possível a caracterização de uma identidade ou cultura nacional, a partir do momento em que uma nação se assuma como tal, que busque sua liberdade política e social, uma luta que, assim como a de Angola, pode iniciar-se justamente pela cultura, mais precisamente, pela literatura.

Por fim, Dealtry (2002, p.196) afirma que “o objetivo do jogo da nação é um só: transformar o que era a princípio representação, metáfora, em verdades absolutas que irão fundamentar a origem daquele povo”. Ainda, é relevante considerar que nenhuma nação é capaz de compor todas as identidades, das quais é constituída, em uma identidade única, pois a identidade não é algo pronto, exclusivo de uma comunidade ou indivíduo. Não é, tão pouco, definitiva, mas formada e transformada pela movimentação de culturas no interior de uma comunidade e, ainda, da comunicação com as culturas externas a ela. Para Said (1999, p.28) “todas as culturas estão mutuamente imbricadas; nenhuma é pura e única, são todas híbridas, heterogêneas, extremamente diferenciadas, sem qualquer monolitismo”.

A angolanidade deve construir-se a partir dos elementos concretos em que se manifesta não como um esforço de negação de uma realidade cultural imposta, mas como um esforço de afirmação de uma realidade cultural nova, que nasceu do cruzamento de civilizações. A identidade nacional angolana é, portanto, formada pelo substrato cultural angolano misturado aos elementos da cultura do dominar, que ao longo da colonização penetraram até o fundo do inconsciente popular.

A análise de *Filhos da Pátria* (2008), amparada pela afirmativa de Marcon, tentará demonstrar que se trata de um legítimo exemplo de narrativa que representa, por meio das palavras, a identidade angolana marcada pela diversidade. Cada nação africana possui suas especificidades, ainda que tenha sofrido influências sociais dos mesmos povos europeus durante o período colonialista. João Melo mostra-nos claramente em seus contos que, assim como não há no mundo nações homogêneas, em Angola não é diferente. A miscigenação cultural é um processo natural, pois nas palavras de Charles Taylor (1997, p.83), “Todas as sociedades estão a tornar-se cada vez mais multiculturais e, ao mesmo tempo, mais permeáveis”.

### 3 A AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL ANGOLANA ATRAVÉS DA EXPRESSÃO DO MULTICULTURALISMO EM *FILHOS DA PÁTRIA*, DE JOÃO MELO

*Trazida com os tiros, a escrita corresponde a uma espécie de ruptura que será convertida em nova forma de sentir e dizer. Transformando-se em maneira de presentificar experiências e organizar o real, a palavra vai sendo trabalhada no sentido de preencher o vazio entre o homem e o mundo, agora redimensionado, nessa nova etapa do chamado processo civilizatório. Violenta e irreversível, a quebra se deu; mais tarde, caberia à literatura ali produzida a tarefa de rejuntar pedaços para a composição de uma nova ordem.*

Rita Chaves

Em *Filhos da Pátria* (2008) são retratadas as vidas de vários personagens provenientes de diferentes partes, não só de Angola, como de vários pontos da África, Portugal, Brasil e outros lugares do mundo. As idas, vindas e os retornos, ou seja, o trânsito social faz com que os chegados tragam sua cultura - diferente da cultura dos nativos – e os nativos, que por sua vez vão descobrir o mundo, quando regressam trazem novos significados culturais para dentro de suas vivências sociais. A partir deste multiculturalismo, o autor tenta organizar a identidade nacional fortemente marcada por questões raciais e étnicas, como poderemos observar por meio da análise de três contos de *Filhos da Pátria* (2008).

#### 3.1 ANÁLISE DO CONTO “NGOLA KILUANJE”

Em “Ngola Kiluanje” podemos observar a força racial como matriz geradora de disparidades culturais. O conto narra a história de João Manuel da Silva e de sua família que, após a independência, em 1975, veem-se obrigada a abandonar Angola a fim de não serem confundidos com os portugueses, devido à cor de pele branca, o que ocasionaria severas represálias. A princípio, a família muda-se para Lisboa, mas a disparidade cultural e geográfica entre Angola e Portugal faz com que o Brasil seja escolhido como “novo porto seguro”. Em primeiro lugar, estabelecem residência em Recife, mas anos depois se transferem para o Rio de Janeiro, onde criam raízes. No Rio, João Manuel termina os estudos e conhece Jussara, uma mulata carioca engajada no movimento negro. Mesmo vivendo bem no Brasil, o

protagonista não deixa de vislumbrar seu retorno à Angola. Neste conto, portanto, o foco principal recai sobre a discriminação racial sofrida pelos filhos de Angola brancos.

Aos brancos é negada a “angolanidade” devido à cor de sua pele, ou seja, para ser um angolano legítimo, na visão predominante, é necessário ser negro. Desta maneira, o próprio personagem, José Manuel, acaba tendo que auto afirmar sua nacionalidade bipartida: “Sou branco e sou angolano” ou “angolano, embora branco” (p.99). Até mesmo Jussara, sua namorada brasileira, sente necessidade de afirmar a nacionalidade angolana de Antonio Manuel e, faz isso o chamando de “Ngola Kiluanje” que foi um importante líder do potentado mais destacado do Reino de Ndongo, sendo conhecido como Ngola A Kiluanje Inene (o Grande Ngola).

Entretanto, não obstante, há aqueles que não assumem sua nacionalidade angolana, por preconceito, vergonha ou medo de represália, como podemos constatar no seguinte trecho: “É de admitir que muitos brancos nascidos ou criados em Angola não se assumem como tal [...] é igualmente verdade, por outro lado, que a maioria do povo não nos aceita como autênticos angolanos e ainda acredita que todos os brancos são colonos” (p.99).

Apesar disso, não é de estranhar tal atitude discriminadora, afinal, os africanos eram justamente menosprezados como seres humanos, unicamente, devido à cor de sua pele. Desta forma, nada mais natural que repudiar, até mesmo, os filhos da terra, por possuírem em seus corpos a cor do repressor. Antes da colonização, a cor da pele negra não era um problema aos africanos; esta só foi vista como tal em comparação à pele branca dos recém-chegados e por meio da atitude discriminatória dos europeus conquistadores. A respeito da classificação: “branco sinônimo de colonizador” e “negro, de colonizado”, Manuel dos Santos Lima discorre que:

Em regime colonial a pele é um uniforme que determina e condiciona o papel social de quem o enverga: quem manda não é negro e quem obedece não é branco. Sem ser essencialmente racista na medida em que desde os primeiros encontros entre africanos e europeus a pele foi o cartão-de-visita e passaporte para cruzar fronteiras sociais e mentais de uns e de outros (LIMA In: TEIXEIRA, 2002).

Houve, assim, segundo a teoria de Sartre, a caracterização do “eu” em relação à diferença do “outro”. Conforme Lima (In: CRISTOVÃO; FERRAZ, p. 248) “a cultura nacional de um povo [...] será baseada não só na imagem que este povo possui de si próprio, mas também nas imagens que os grupos de fora possam ter desse mesmo povo”. A identidade do ser-sujeito é dependente da imagem do ser-objeto, ou seja, o “eu” só é capaz de caracterizar-se a partir da comparação com o “outro”<sup>7</sup>. Por sua vez, o contato com o outro acarreta na miscigenação identitária e o sujeito colonizado passa a ser considerado um ser com duas faces, a do “eu” e a do “outro”. Vale lembrar que o colonizador também se vê modificado por meio do contato com o colonizado e que sua identidade, estando na colônia, não será a mesma de seus patrícios da metrópole.

O povo angolano passou a se caracterizar culturalmente, desta maneira, não apenas olhando para aquilo que lhe era típico, mas também a partir da visão do outro. Visão esta que o fez repudiar aquilo que o tornava diferente em relação ao colonizador, ou seja, a cor da pele, mesmo envergada por seus irmãos de pátria. A este respeito, segundo o narrador-personagem:

Os preconceitos, os estereótipos e, principalmente sobre este profundo e terrível paradoxo, próprio do ser humano, que faz com que os antigos humilhados sejam, assim que o podem, irremediavelmente tentados a humilhar todos aqueles que identificam, acertadamente ou não, como seus velhos opressores. ‘Todas as generalizações são fascistas’ (p.114).

João Melo denuncia como absurda a ação discriminatória aos brancos angolanos, uma vez que seu povo já sofreu tantas represálias, justamente, por questões étnico-raciais. Independentemente, os angolanos negros, até então oprimidos passam a opressores, como relatado no seguinte trecho:

A verdade é que, até agora, os oprimidos apenas têm macaqueado os opressores! Por exemplo, nós, africanos, estamos muito revoltados e inquietos por causa das tendências xenófobas que se registram agora na Europa, mas o que acontece é que repetimos essas mesmas tendências nos nossos próprios países, pois somos incapazes de propor ao mundo uma nova civilização, mais humana (p.115).

---

<sup>7</sup> Para dar um exemplo bem simples: O eu é caracterizado negro, alto e magro em comparação ao outro que é branco, baixo e gordo.

Após a independência, a família Silva é obrigada a deixar Angola, receosa de ser confundida com portugueses, uma vez que era uma família angolana, entretanto, branca. O mais peculiar é que João Melo não é branco e, mesmo assim, explora todos os semblantes do racismo. O escritor, neste ponto, é movido pelo quadro social que o rodeia, atento a facetas sociais amplas e não apenas à realidade em que está inserido diretamente, ou seja, está comprometido com o meio social em que vive, interage e é por ele influenciado. Ele não sofre represálias por ser branco, mesmo porque não o é, mas relata tal realidade, devido a seu comprometimento de forjar a identidade angolana em todas as suas nuances.

O racismo em Angola atinge a todas as camadas raciais e sociais. Os brancos sofrem preconceitos dos negros; os negros, por sua vez, sofrem preconceito por parte dos brancos e os mulatos são vítimas de preconceitos por ambos os lados. Isto pode ser visto também fora de Angola e do continente africano, pelo estranhamento ao fato de existirem angolanos brancos.

No conto a que nos referimos, Jussara, uma mulata brasileira, filha de índia com negro, se espanta com fato de António Manuel (Ngola Kluanje) ser branco. Aqui temos uma visão que ultrapassa as fronteiras nacionais de que os angolanos são necessariamente negros; neste mesmo viés o autor acaba por trazer um pouco da miscigenação brasileira, pois o Brasil é um forte exemplo de país em que há convivência de múltiplas culturas. A prova da verossimilhança multicultural brasileira é que, fugida de Angola, a família Silva, primeiramente, procura abrigo em Lisboa. Quanto a essa atitude de refúgio, há estudos da professora Denise Almeida Silva que analisam a condição de forasteiro do migrante que vai à metrópole em busca de uma pátria: “Tendo herdado a língua, modelo educacional e estrutura administrativa da pátria-mãe, o migrante chega à metrópole presumindo conhecê-la tão bem quanto os cidadãos lá nascidos, uma presunção que se desfaz frente à realidade que passa a conhecer”<sup>8</sup>.

A família Silva encontra, em Portugal, uma realidade sociocultural muito diferente da angolana, o que os faz procurarem outra pátria. De Lisboa, a família desloca-se para o Brasil onde se depara com um local acolhedor, possuidor de uma proximidade, tanto física quanto

---

<sup>8</sup> SILVA, Denise Almeida. Forasteiros na pátria-mãe: o lugar do migrante em *The Lonely Londoners*, de Samuel Selvon e *The Final Passage*, de Carryl Phillips. In: SANTOS, Eloína; TORRES, Sonia. Ilha

cultural da realidade angolana, conforme podemos observar no seguinte excerto do conto: “Angola (pelo menos aquela Angola que carregávamos na memória) nos parecia mais visível e efetiva ali (Brasil) do que em Lisboa” (p.105). Entretanto a situação confortável não impede que João Manuel abandone a idéia de regressar a Angola, mesmo sabendo que a guerra ainda se faz presente e, por sua vez, o sentido de pertencimento a pátria mãe não desaparece.

Em “Ngola Kiluanje” encontramos, além da crítica social, mais um fator marcante à escrita de João Melo, a questão do narrador. É ele o responsável por dar voz – não apenas neste, mas em todos os contos do livro, às questões-chave do texto. O narrador tem a função de apresentar as mais variadas discussões e de se posicionar perante elas, emprestando, desta forma, sua voz e personificação ao autor. Um narrador tão peculiar que se intitula, várias vezes, autor ou mesmo procura isentar-se da responsabilidade quanto à autoria das frases ditas pelas personagens, em um diálogo constante e intenso com o leitor, como pode ser vislumbrado no seguinte trecho: “Confesso, entretanto, que esta interdição é particularmente incômoda, quando as personagens fazem declarações que nós, os autores, não gostaríamos que elas pronunciassem”<sup>9</sup> (p.110).

As narrativas de João Melo são permeadas por “intrusões do narrador”<sup>10</sup> conceituadas como as manifestações da subjetividade do narrador (acrescentamos também da subjetividade do autor). Subjetividade esta que, conforme Reis e Lopes (1996), “é a capacidade do locutor se colocar como sujeito”. Em *Filhos da Pátria* (2008) são tratados muitos assuntos de cunho social, através dos quais são denunciadas as mazelas da sociedade em uma retrospectiva da história de Angola. Com isso, as narrativas ganham alto grau de densidade crítica a respeito de questões sociais, econômicas, históricas, políticas, étnicas, raciais etc., que exigem a presença de um narrador crítico perante os assuntos abordados. Segundo Reis e Lopes (1996, p.2007-2008):

[intrusão do narrador] Não se trata, pois, simplesmente de registrar a presença do **narrador** (v.) no discurso, uma vez que ele se denuncia pela simples existência do relato, resultado material do ato narrativo; trata-se mais do que isso, de apreender, nos planos ideológico e afectivo, essa presença como algo que, de certo modo, pode parecer como excessivo e inusitado.

---

do Desterro: A Journal of English Language, Literatures in English and Cultural Studies. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008. p. 39-59, p. 41.

<sup>9</sup> Narrador intitulado-se autor e isentando-se de responsabilidade quanto às falas das personagens.

<sup>10</sup> REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. *Dicionário de Narratologia*. Coimbra: Almeina, 1996.

João Melo não tem a intenção de, simplesmente, escrever enredos ficcionais que foquem a narrativa literária. Este autor possui um elevado grau de comprometimento com a literatura engajada que tem como foco a escrita crítica. Os narradores de Melo são, portanto, a representação da voz e do pensamento do autor. Há ainda, na escrita de João Melo, um tom de conversa que é marcado pela informalidade dada pelo escritor às narrativas. É como se os narradores as tivessem vivenciado ou ouvido as histórias de outras pessoas, fazendo com que o enredo adquira credibilidade. O texto torna-se uma grande roda de contação de histórias, em que os narradores assumem o papel de contadores, forjando, desta maneira, uma característica da literatura angolana, ainda jovem na escrita, mas há muito marcada pela oralidade.

Neste conto, em especial, o próprio autor intitula os narradores como: narrador-personagem, aquele que “teoricamente” apenas narra os fatos, mas que ao final faz muitas intromissões de opinião, e o narrador-autor, para quem resta a responsabilidade de discutir fatos e questões críticas do texto. Ambos os narradores se manifestam usando a primeira pessoa verbal, o que faria com que, até mesmo, pudessem ser confundidos, caso o autor não fizesse questão de demarcar as intromissões de um e de outro, como no exemplo a seguir: “intervenho [narrador-autor] pela segunda vez, para afirmar que...”(p. 107).

Melo joga com a autoria da narração em uma ciranda que faz do narrador-autor o responsável pela crítica social que não pode ser expressa pelo narrador-personagem. É como se a narrativa fosse uma história realmente verídica e, por isso, Antonio Manuel da Silva precisa ser poupado em detrimento do narrador-autor que não tem sua identidade divulgada. O narrador-autor tem a liberdade de refletir sobre os acontecimentos em uma conversa, ou algo próximo a isso, com seu interlocutor. Em certo momento da narração, por exemplo, o narrador-autor levanta a questão de “um conhecido defensor dos direitos humanos” (p.100) ser contra o fato dos escritores angolanos escolherem brancos como protagonistas, expressando, assim, um ponto de vista do autor maquiado em meio à narrativa. Não podemos esquecer que a primeira edição de *Filhos da Pátria* é de 2001, mas a paz interna e definitiva, diante da guerra civil em Angola, só é alcançada em 2002, sendo assim, os pensamentos não poderiam ser expressos às claras, a exemplo da ditadura militar brasileira.

Há no texto, ainda, vários momentos de metanarrativa, ou seja, ocasiões de reflexão sobre a própria escrita textual em que os narradores dialogam entre si e com o leitor. A narração, desta maneira, não é para aqueles que procuram uma narrativa linear, um romance

ou possuem foco apenas no enredo, mas para aqueles que gostam de discussões e reflexões sobre demandas sociais, étnicas, políticas, históricas e linguísticas, constitutivas do texto. Os textos são, na verdade, uma mistura de ficção, história e uma apimentada dose de opinião, como são salientadas, no seguinte conselho do narrador-personagem a respeito do narrador-autor:

A minha história é simples e, possivelmente, não leva mais do que meia dúzia de páginas a contar, ressaltando, contudo, a possibilidade de aquele que se apresentou atrás como narrador-autor pretender, com base nela, escrever uma estória um pouco mais alongada e quiçá fantasiosa. Eu disse “com base”, mas talvez seja mais apropriado dizer “a pretexto”, pelo menos a avaliar pelas observações irresponsáveis que o mesmo acaba de fazer no parêntese anterior...(p.101)

O autor, desta maneira, não conta uma história de amor ou aventura, mas sim a história de seu povo, mesmo que use como “pretexto” um enredo ficcional. O texto, além de informativo e reflexivo também é aberto, pois expõe o seu próprio fazer ficcional, o que lhe retira, em parte, o caráter puramente literário.

Voltando às questões raciais, como vimos, o racismo é fortemente tratado por João Melo, porém, mais importante e, cerne de todas as discussões, são as questões étnicas, como nos comprova o narrador-autor de “Ngola Kiluanje”:

Estamos perante um assunto – as contradições raciais em Angola – altamente melindroso e que concordam em abordar com a franqueza e tranquilidade necessárias. Acontece, porém, que esse assunto não tem nada de especial, pois hoje há contradições raciais ou similares um pouco por todo o mundo, caracterizado, há muito mais tempo do que se imagina, pela existência de sociedades pluriétnicas. (p.107-108)

Uma questão ainda bastante complexa, apesar de o narrador discordar de tal opinião, pois as contradições sociais, mesmo fazendo parte de uma característica que perpassa o mundo, envolvem não apenas a cor da pele, visto que há tribos completamente diferentes dotadas da mesma cor. São demandas estritamente mais profundas que abarcam paradigmas raciais e também: religiosos, ideológicos, linguísticos, econômicos, políticos etc. Como

exemplos, podemos citar: os contos: “Shakespeare ataca de novo”, abordando questões étnico-culturais e “Abel e Caim”, com foco em questões políticas.

Por fim, podemos concluir que “Ngola Kiluanje” é um importante documento histórico-cultural e, principalmente, uma severa crítica ao racismo, não importando se este é marcado pelo preconceito aos brancos ou aos negros. No entanto, tal discussão só é possível graças à estratégia narrativa que faz do narrador um importante porta-voz das reflexões e opiniões que servem de alerta à sociedade. *Filhos da Pátria* (2008) por meio destas características pode ser considerado um importante instrumento de crítica social e o construtor de uma identidade nacional caracterizada pela pluralidade étnica e cultural.

### 3.2 ANÁLISE DO CONTO “SHAKESPEARE ATACA DE NOVO”

Neste conto é discutida a importância dada pelo povo angolano às diferenças étnico-culturais e a resistência à mistura de “tribos”, um costume enfraquecido, mas não a ponto de passar despercebido, principalmente, entre famílias conservadoras.

O conto “Shakespeare Ataca de Novo” já traz expressa, no próprio título, a intertextualidade que será reafirmada com o avançar da narrativa. Iniciada a história, o narrador adverte que “esta estória trata de um amor socialmente condenado”(p. 119). Sendo assim, o casal protagonista tem seu relacionamento amoroso reprimido por suas respectivas famílias, exclusivamente, por um ser de origem bakongo - Luvualu – Francisco Helena e outro vindo de Camaxilo – Inês Faria (mulata da Lunda Norte, filha de um pai estrangeiro e uma nativa do grupo tchokué). A trama, então, remonta a famosa peça de Shakespeare, “Romeu e Julieta”, em que o casal apaixonado tem seu amor reprimido devido à rivalidade de suas famílias.

A intertextualidade não é um atributo exclusivo dos escritos de Melo, mas uma característica presente em todas as obras literárias. Ao escrever: “mais ou menos todos os livros contêm, medida, a fusão de qualquer repetição”<sup>11</sup>. Desta forma, dificilmente, um texto

---

<sup>11</sup> MALLARMÉ In: JENNY, 1979, p.5

não se enquadra em algum gênero existente e, quando isso acontece, mesmo assim, haverá a sombra da intertextualidade, pois aqueles que não apresentam repetições de forma as possuem em relação ao conteúdo formal da obra ou em relação à referências feitas sobre outras obras precedentes. Indo além, podemos dizer, em concordância com Julia Kristeva, que: “Todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto”<sup>12</sup>.

Entretanto, a problemática se encontra na determinação do grau de explicitação intertextual presente nas obras. Há momentos em que a intertextualidade é implícita e de difícil visualização e momentos em que se materializa tão evidente que recorre à citação literal. Desta forma, como identificar até que ponto um texto está implicado em outro? O texto original, na maioria das vezes, está presente por meio de seu sentido sem, necessariamente, ser preciso enunciá-lo. Contudo em “Shakespeare Ataca de Novo”, João Melo faz questão de explicitar a origem intertextual usada como fonte de seu conto: a famosa história de amor de Romeu e Julieta do dramaturgo inglês Willian Shakespeare. A forma, isto é os gêneros textuais, das obras são completamente diferentes: a de Shakespeare, uma peça teatral e a de João Melo, um conto. Apesar disso, o conteúdo textual é equivalente, por ambos narrarem à história de amantes cujo relacionamento é condenado por suas respectivas famílias.

Embora parta de uma história de amor, o narrador, durante seu fazer enunciativo, passa a discutir a repercussão do chamado “tribalismo” na sociedade angolana em geral. Na cultura angolana as opiniões familiares são muito respeitadas por todos os membros, em especial, se os aconselhadores forem os mais velhos. O peso familiar conta muito nas escolhas tomadas pelos sujeitos e, muitas vezes, é encarado como fator determinante de ação. Assim, pelo lado de Luvualu foi questionado o fato de Inês Faria ser mulata, o que significa diretamente que a moça é fruto da mistura racial de negro com branco, ainda criticada por aqueles que se julgam genuinamente angolanos, os negros. Como foi discutido no conto “Ngola Kiluanje”, os mulatos sofrem preconceito tanto dos brancos quanto dos negros. No entanto, as misturas étnicas entre as raças em Angola, assunto que é fortemente levantado pelo narrador do presente conto, existem e são praticamente impossíveis de não haverem, dada a convivência entre as variadas raças e etnias em um mesmo espaço territorial. O que há, em muitos casos, é a “sorte” de muitas dessas misturas não serem notadas, como se refere o

---

<sup>12</sup> KRISTEVA, op.cit.,1969 In: NITRINI, 2000, p. 161

narrador, a “olho nu”. Já do lado da família Faria, as razões são outras e bem mais complexas que envolvem, não apenas a cor da pele, mas o retorno dos angolanos exilados a sua terra natal. Vejamos a fala do irmão de Inês, a noiva da história:

*- ‘Estes kikongos são fundamentalistas! E arrogantes!... Têm a mania que são todos descendentes do Rei do Congo ...Aliás, até parece que se esquecem que o rei deles foi o primeiro a fazer um acordo com os portugueses e que, depois de se converter ao catolicismo, até de nome mudou!... Passou a chamar-se D. Afonso... Aliás, e por falar em nomes, tu sabes, mana Inês, que o nome do teu namorado, Luvualu, é a corruptela do nome português Álvaro?... Outra coisa: porquê eles não vão para a tropa, como nós? Os tipos ou são candongueiros ou contrabandistas... Só sabem fazer isso, mais nada! Além disso, são muito traiçoeiros: batem-te nas costas de dia e, de noite, reúnem a tribo, em encontros onde só falam linganda... Já nem kikongo falam!... É melhor tirares da tua cabeça essa idéia de te casares com um kikongo... (MELO, 2008. p.125-126).*

Os bakongos (também chamados kikongos) viveram muito tempo exilados no Zaire e Congo só regressando ao país após a independência, no entanto, eram tão diferentes em sua cor, em sua língua e em seus hábitos que passaram a ser desacreditados como angolanos. – “- *Eles não são nada kikongos, são lingadas! Como é que se dizem angolanos?!...*” (p.128). A fala do personagem, irmão de Inês, ainda, faz uma importante retrospectiva histórica do período pré-colonial, remontando os primeiros contatos dos colonizadores com os angolanos, além de mostrar o repúdio dos africanos aos portugueses e àqueles que assimilaram a cultura europeia. Assumpção, sobre tal tema, pontua que:

*De todas as formas tentaram os africanos resistir à investida colonialista: lutando de forma aberta, criando sociedades secretas, realizando pactos, ou ainda individualmente. Os povos negros não deram trégua aos conquistadores que aproveitando-se das rivalidades locais, faziam, muitas vezes, alianças com algumas etnias para subjugar determinadas regiões. (ASSUMPÇÃO In: BARROSO; SILVA, 2008, P.77) (grifo nosso).*

No conto podemos observar, também, as marcas da organização étnica e territorial de um período, como já foi mencionado, anterior ao colonialismo europeu em África. Marcas de uma época estigmatizada por diferenças étnicas e disputas territoriais. Na fala do irmão de Inês também é claramente mostrada a reprovação de algumas etnias em relação às negociações firmadas entre os povos tribais e os colonizadores quando diz que: “Aliás, até

parece que se esquecem que o rei deles foi o primeiro a fazer um acordo com os portugueses”(p. 125). Outro ponto importante é que os próprios bakongos julgam-se diferentes dos demais angolanos por serem descendentes do Rei do Congo e, por isso, são fechados em sua casta, a ponto de casarem-se somente entre eles.

Parece-nos atípico, mas o discurso do irmão da noiva serve para ilustrar os motivos das dificuldades relativas à mistura étnica entre as diferentes tribos angolanas. A análise desta questão torna importante a menção do conceito estabelecido por Hall (2002, p.62) de que “A etnia é o termo que utilizamos para nos referirmos às características culturais – língua, religião, costume, tradições, sentimento de ‘lugar – que são partilhadas por um povo”. Um olhar superficial poderia erroneamente equiparar as etnias africanas e, mesmo angolanas, como representantes de uma só cultura. Assim como no Brasil os estados possuem características identitárias próprias, em África cada país é ímpar e, por sua vez, os estados que a forma. Os povos possuem certa essência que os diferencia uns dos outros e que está presente em cada etnia que os compõe, mas dentro desta essência geral se sobressaem peculiaridades locais<sup>13</sup>. A propósito de tal, Lima (CRISTOVÃO; FERRAZ, 1997, p. 248) nos adverte que:

Temos que convir que as culturas nacionais [e a angolana está nestas condições] se desenvolvem e se localizam em áreas geográficas bem delimitadas, comportando sub-áreas com expressões culturais que, embora tendo como pano de fundo um substrato comum, podem apresentar alguns aspectos paradigmáticos diferenciados.

No entanto, tal separação não é uma característica atual e, sim, uma realidade africana que possui suas raízes fincadas em um passado anterior à chegada dos europeus em África. Angola até a época da colonização portuguesa não era dividida política e geograficamente por estados, mas por tribos demarcadas pelas diferenças étnicas. Com o início da guerra civil angolana as diferenças étnicas foram reforçadas com o intuito de acirrar o sentimento de disputa e, com isso, fazer com que cada etnia se alistasse e defendesse o partido com o qual estava relacionada. Essa diferença entre culturas acabou incentivando o preconceito e enfraquecendo o país enquanto nação, enquanto uma sociedade, o que facilitou o abuso de poder e a corrupção, uma vez que o povo não estava pensando em si como um grande grupo, mas via-se fragmentado.

As disparidades tribais sempre existiram e os conflitos entre elas também, entretanto, a identidade somente é problematizada quando algo que parecia fixo e imutável é colocado frente a situações de choque que gerem dúvida e incerteza. A esse respeito Hall assegura que:

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente. (HALL, 2002, p. 13)

Nenhuma identidade em particular, quer seja de classe, de gênero, de ordem política, de etnia ou de raça é capaz de comportar todas as identidades em uma única. A identidade de indivíduos ou de comunidades não pode ser considerada pronta, acabada e estável, pelo contrário, as identidades estão sempre se modificando a partir do contato com outras culturalmente diferenciadas. A identidade está em constante formação e transformação, mesmo que seus detentores não percebam tais mudanças ou as julguem impossíveis. Este preceito é defendido claramente na seguinte fala do narrador:

É por isso que, pessoalmente, desconfio muito daqueles que, nas cidades, se arvoram em grandes defensores da cultura tradicional como única base (digo bem: única) da identidade, pois essa cultura, que tem um substrato ético, perde-o ou pelo menos transforma-o necessariamente, quando em contacto com as demais culturas presentes no mundo urbano. (p.125)

O narrador deste conto faz importantes intromissões, tanto de caráter opinativo quanto histórico e, até mesmo, antropológico, em um narrar que se aproxima mais da oralidade do que propriamente da escrita. Ele dialoga com o seu interlocutor se posicionando e assumindo para si as críticas lançadas. O narrador, que se intitula autor, inicia seu relato justificando-se quanto à escolha de um enredo aparentemente conhecido, mas acrescenta que “antes que se ponham a anatemizar o autor ou, então, a lançar ovos e tomates podres contra ele, afianço-vos que tudo farei para tornar inopinado o relato que ora começa”(p.117). No final, realmente, o

---

<sup>13</sup> É como se cada nação fosse um pano de fundo onde são bordados adornos com linhas de cores variadas.

desfecho do casal de Angola é bem diferente dos apaixonados de Verona, pois os primeiros casaram-se e “foram muito felizes”(p.131) em detrimento ao fim fúnebre de “Romeu e Julieta” de Shakespeare. Contudo, até completar o desfecho do enredo o narrador por muitas vezes “brinca” com o leitor, pois ora dá a entender que o desenrolar da história será feliz – “tudo farei para tornar inopinado o relato”. E, ora que terá o mesmo destino trágico do arquitetado por Shakespeare, como no exemplo a seguir – “mas todo mundo sabe, desde que Shakespeare contou o frustrado romance de Romeu e Julieta, que normalmente isso acaba em tragédia e em sangue”.

O casamento de Inês e Luvualu, portanto, rompe com as expectativas iniciais lançadas pelos leitores diante do título, da recomendação do narrador<sup>14</sup> e do enredo inicial. Ao recuperar a história de amor mais famosa do mundo e ao mesmo tempo tão distante temporalmente dos dias atuais, Melo mostra, que mesmo existindo o preconceito dividindo a sociedade, a tradição perde seu valor, pois ao final os apaixonados modernos burlam as tradições e escolhem o seu próprio destino, não dando importância ao que suas famílias pensam. Tal casamento foi possível, pois segundo o autor/narrador:

Ambos os jovens, tinham adquirido alguns conhecimentos modernos, viajado (não só para o exterior, mas também dentro de Angola, o que é mais decisivo do que muitos incautos imaginam), conhecido outras pessoas e outras culturas e, portanto, não estavam para aturar ‘idéias retrógradas’ (a expressão é dele) dos seus familiares. (p. 131)

Uma peculiaridade deste conto é que a narrativa, propriamente dita, só começa a desenrolar-se na terceira página escrita, pois, até então, o narrador justifica sua escolha pelo enredo; critica a escrita do brasileiro Jô Soares, por dar um ar tropical ao detetive inglês Sherlock Holmes – coisa que ele não se atreveria a fazer com Willian Shakespeare em Angola – e, por fim, discute o conceito de tradição, para só, então, iniciar o enredo ficcional.

A recorrência de João Melo a outros autores e a uma variada gama obras, literárias ou não, demonstra que o autor é um típico representante da narrativa contemporânea, em que o narrador/autor faz questão de estar presente no texto e, também, de trazer a ele elementos

---

<sup>14</sup> “Esta estória trata de um amor socialmente condenado”

externos. Melo evidencia, ainda, que é um grande leitor e que as leituras que faz influenciam seu fazer literário e crítico.

Outro conceito levantado no conto é o de tradição que agregado aos de cultura e etnia permeia todo texto. Com isso, o narrador só apresentará o desfecho da história no penúltimo parágrafo, uma vez que o enredo não é o foco principal da escrita de Melo. Notoriamente, as dezesseis páginas deste conto são dedicadas à discussão, lançada pelo autor, sobre a importância da tradição e da família e, não sobre uma turbulenta história de amor.

A respeito da ficção criada por João Melo, encontramos em Dealtry (2002, p.190) que “são essas narrativas, tomadas ora como mito, ora como verdades históricas, que constituirão a base para a formação de um imaginário nacional”. E indo além Chaves (1999, p.20), lembra que:

A leitura dos romances produzidos em Angola [estendemos tal afirmação aos contos] permite-nos acompanhar os desdobramentos dessa travessia assumida pela palavra, no interior de um universo em que as diferenças emergem e tem na contradição a sua chave. Num mundo em que a contaminação colonial povoou de colisões e desacertos, a literatura será uma das vias escolhidas para a formação de um mosaico capaz, ao menos, de sugerir alguma noção de unidade.

A literatura, desta forma, resgata a história do povo angolano, ao mesmo tempo em que preenche as lacunas da história oficial – assim considerada pelo povo dominado – relativa à história não contada e àquela ainda em formação, além de traçar as características identitárias deste povo.

Para nós, brasileiros, as disputas tribais são completamente estranhas, visto que nossas tribos indígenas foram quase totalmente dizimadas durante a colonização. Nossa raiz ancestral foi silenciada, por isso, nosso multiculturalismo – diferente do angolano – é mais marcado pela diversidade étnica dos povos que para cá imigraram. Atualmente, somos um país marcado pela diversidade, uma mistura cultural, característica que nos torna mundialmente conhecidos como povo acolhedor.

Não obstante, o convívio entre as tribos angolanas e, mesmo da África em geral, não é pacífico, graças às diversidades étnicas, às lutas históricas por território e à disparidade ideológica que perpassam os séculos. Por todos estes motivos, ainda hoje, presenciamos notícias sobre conflitos étnicos, observados, a seguir, em nota publicada na imprensa:

**Violência étnica e religiosa na Nigéria.**

SEGUNDA, 08 MARÇO 2010 12:32 HUGO RAMON CASTRO

Pelo menos 500 pessoas foram mortas em actos de violência étnica e religiosa perto de Jos, centro da Nigéria, disse à AFP um conselheiro do governador do Estado do Plateau, cuja capital é Jos.

«Quinhentas pessoas foram mortas neste ato abominável», disse, em contacto telefónico o responsável pelas comunicações do Estado do Plateau, adiantando que foram detidas 95 pessoas.

Os ataques verificaram-se durante a noite de sábado para domingo contra três aldeias da etnia berom, a sul de Jos, por pastores da etnia fulani, geralmente nómadas.

A notícia é suportada por aldeões, activistas de direitos humanos e fontes governamentais.<sup>15</sup>

Desta forma, novamente nos reportamos à visão que caracteriza a identidade do “eu”, colocando esta em oposição à identidade do “outro”. Segundo Bernd “a identidade é um conceito que não pode afastar-se do de *alteridade*: a identidade que nega o outro permanece no mesmo. Excluir o outro leva à visão especular que é redutora: é impossível conceber o ser fora das relações que o ligam ao outro” (1992, p.15). João Melo em *Filhos da Pátria* (2008) representa, justamente, as contradições que caracterizam a identidade, tanto individual, como coletiva a exemplo das distinções “sujeito” e “objeto” ou “eu” e o “outro”.

O autor, por meio, do narrador, alavanca tais discussões, além de expressar suas opiniões e, indo além, mostrar que as tradições ainda hoje existem, mas estão aos poucos sendo enfraquecidas frente às relações sociais entre as etnias que convivem em um mesmo espaço territorial. Atualmente, os jovens já não seguem os mesmos costumes de seus ancestrais, como foi demonstrado na análise deste conto. A sociedade está em constante modificação e é este movimento que reconfigura, a cada dia, a identidade nacional das nações do mundo.

### 3.3 ANÁLISE DO CONTO “ABEL E CAIM”

O conto “Abel e Caim” traça uma pequena retrospectiva histórica da política angolana desde a colonização até o ano de 2000 focando a guerra civil. O entrelaçamento entre história e literatura é uma característica marcante, tanto do escritor João Melo, quanto da literatura angolana. Uma particularidade comprovada na seguinte afirmação de Chaves (2005), “a relevância do compromisso com a história do país constitui sempre uma característica expressa da literatura angolana” (p. 69). Podemos dizer que *Filhos da Pátria* (2008) e, em especial, o conto “Abel e Caim” são exemplos de narrativas que trazem à tona a memória do país.

Este conto trata da história de dois amigos de etnias diferentes, mas que não veem, em tal fato, motivo que impossibilite sua amizade. O primeiro, chamado Miguel Ximutu, é fruto da mistura entre kimbundus com ovimbundos; já seu amigo, Adalberto Chicolomuenho, é filho de ovimbundos. Os dois se mantêm amigos inseparáveis, até que questões de ordem política os fazem optar por partidos políticos diferentes. Miguel Ximutu integrou-se à UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) e Adalberto Chicolomuenho, por sua vez, à MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola). O fato resultou, segundo o autor, numa “makas do kayaya”<sup>16</sup> que abalou a amizade dos dois, tornando-os inimigos. Eles ficaram 25 anos separados, “não tiveram notícias um do outro, pois, como se sabe, os serviços de correio em Angola, não funcionam” (p. 165).

Há de se destacar que existe uma estreita relação entre os movimentos partidários e a formação étnica angolana. O MPLA era constituído por uma pequena elite mestiça e aculturada de Luanda, tendo por base de apoio o Mbundo, grupo étnico mais exposto à cultura ocidental. O UNITA, de origem rural estava mais ligado às práticas tradicionais africanas. Já o FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), isolado dos demais geograficamente, era formado por Ovimbundu. Pelas características ímpares, os movimentos assumem posturas

---

<sup>15</sup> Fonte:

[http://www.radioecclesia.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2193:violencia-etnica-e-religiosa-na-nigeria&catid=84:afrika&Itemid=461](http://www.radioecclesia.org/index.php?option=com_content&view=article&id=2193:violencia-etnica-e-religiosa-na-nigeria&catid=84:afrika&Itemid=461)

<sup>16</sup> O autor, João Melo, não disponibiliza a tradução para tal expressão, mas pelo contexto acredita-se que tal pode ser de baixo calão.

distintas em relação à condução da luta e, no período pós-independência, quanto à forma de governar o país.

Neste contexto, os fatores étnicos são usados para acirrar a rixa entre os angolanos, filhos da mesma pátria, que são impulsionados a se alistarem como soldados, para lutar junto aos movimentos de libertação representantes de tais etnias. Essa disputa acarreta na degradação estrutural e econômica de Angola, que tem como saldo da guerra: a destruição das cidades, a falta de estrutura econômica, as mutilações humanas etc. O título *Filhos da Pátria* tem seu significado, também, retratado no conto “Abel e Caim”, pois conta a história de uma luta desumana em que irmão mata irmão.

Com o desenrolar do conto, o autor narra os acontecimentos históricos e o desencontro das ideias entre as frentes de libertação, posteriores partidos políticos. Este desencontro é simbolizado pelo afastamento dos amigos durante toda a disputa armada pelo poder. O reencontro só ocorre quando a paz está restabelecida ou muito próxima e é simbolizada pelo desejo de desfecho comum à nação angolana, visto que a publicação do livro em Angola se deu em 2001 e a paz só foi plenamente instituída em 2002:

Abraçaram-se energicamente, sacudiram os braços um do outro, voltaram a abraçar-se, bateram-se mútua e efusivamente nas costas, sem cessarem de se nomear, como se a enfática invocação do nome do outro tivesse o condão de apagar tudo o que tinha ocorrido entre eles no último quarto de século (p. 167).

O narrador tenta, em vão, maquiavar tal simbolismo transformando o encontro em um mero acaso: “O reencontro de ambos acabou por ocorrer um dia qualquer, já na virada do século, mas peço encarecidamente que isso seja considerado um mero acaso, sem qualquer significado simbólico especial” (p. 166).

A intertextualidade é um recurso bastante explorado por João Melo em *Filhos da Pátria* (2008), como já pode ser observado em “Shakespeare Ataca de Novo”. Contudo, a mais significativa encontra-se neste conto cujo título faz referência à passagem bíblica dos irmãos, Abel e Caim. Na história bíblica, ambos os irmãos prestam homenagem a Deus: Abel escolhe como oferta ao Senhor os melhores cordeiros de seu rebanho, enquanto, Caim oferece

frutos colhidos do campo. Deus aceita de bom grado a oferta de Abel, mas despreza a de Caim. Este, por sua vez, dominado pela ira assassina o irmão. Deus em punição faz de Caim um caminhante errante pelo mundo e adverte que por mais que ele trabalhe na terra, esta jamais lhe dará frutos e que seus descendentes serão conhecidos como “filhos da maldade”.

No enredo, entretanto, não há referência de qual dos personagens seja representante de Abel, o bom, e o de Caim, o mau, pois o importante da relação intertextual existente no conto é a paráfrase realizada entre a história bíblica e a de Angola. O narrador não se manifesta simpaticamente de um ou outro partido político apoiado por Adalberto Chicolomuenho (MPLA) e Miguel Ximutu (UNITA). Fica a cargo dos leitores intitularem seu Abel ou seu Caim, já que manifestações de posição partidária não é o intuito do narrador ou autor.

O conto, então, é marcado pela paródia, uma vez que é subvertida a forma original, a intencionalidade de cada contexto e o desfecho final em relação ao enredo. A primeira vista, baseados no título “Abel e Caim”, é lançada sobre o leitor a expectativa de um homicídio entre os amigos, contudo, a amizade é recomposta no final do conto e a idéia primeira, de associação com o original, é reconstruída. Isto acontece, porque à paródia não se contenta em realizar um simples plágio, uma alusão, ou ainda uma citação; ela recria a obra usada como pano de fundo, o que muitas vezes exige do leitor um grande esforço de associação entre o novo e o original.<sup>17</sup>

O enredo, desta forma, serve, na verdade, para denunciar uma guerra em que irmão mata irmão, ou seja, angolanos guerreiam entre si, mesmo todos sendo filhos de Angola. Narra uma luta marcada pelo anseio do poder político em contrariedade ao bem-estar de um povo, há tanto sinônimo de sofrimento. Ainda é importante ressaltar que o povo dividia-se, de acordo com cada grupo étnico, em grupos agricultores e pastoris, o que torna perfeito o cruzamento entre o enredo narrado e a história parafraseada. É interessante observar que este último cruzamento entre a história bíblica e o enredo ficcional não se encontra explícito nas tramas do texto, assim, seu reconhecimento só é possível de ser feito por aqueles que conhecem a história angolana.

---

<sup>17</sup> É necessário ressaltar a importância do leitor para o sentido da paródia, uma vez que este precisa ao menos conhecer o texto que está sendo resgatado e perceber que o novo texto se difere do original com um propósito.

Já a respeito da historicidade documental, uma vez que o conto trata da história política de Angola, encontramos em Dealtry a seguinte opinião:

O passado torna-se uma narrativa não fixa, mas permeável pelos interesses do tempo presente. Ao (re)construirmos o passado de determinado povo, esquecemos e lembramos-conscientemente ou não - de determinados fatos, informações e interpretações. Dessa forma, damos voz a uma narrativa que se inscreve tanto no tempo histórico quanto no mítico (DEALTRY, 2002, p.190).

Compactuando com a afirmativa de Dealtry, cremos que a história verídica (História) serve de inspiração a eventos ficcionais e que a literatura ajuda a preencher as lacunas temporais provindas dos lapsos de memória. A História também é usada como mecanismo de revitalização dos aspectos culturais relevantes à caracterização da identidade nacional, (re)construída por meio das narrativas. Não falamos, contudo, dos fatos históricos contados por aqueles que tentam manter a visão de identidade arraigada à concepção de igualdade. Referimo-nos, sim, à História representativa das diferenças étnico-culturais que simboliza, verdadeiramente, a realidade deste povo.

Neste contexto, a memória torna-se um elemento salutar na busca da (re)construção da identidade nacional. Conforme Dealtry “a existência da nação moderna depende fortemente desse jogo de evocação do passado, cujas ferramentas principais são memória e esquecimento”(2002, p.190). A memória traz à tona aspectos relacionados à língua, à religião, às lendas, ao folclore, ao modo de viver etc., que foram desprezados frente ao poder dominador. É importante ressaltar que a História Nacional que prevalece, em uma situação de dominação, é sempre a do dominador, ressaltada como verdadeira, sobre a do oprimido, que era redesenhada a gosto do europeu ou simplesmente banida.

Neste sentido, Dealtry (2002, p.197) afirma que “sob a aparente conformidade de uma base nacional erigida à custa do autoritarismo e do apagamento das diferenças, diversas narrativas permaneceram adormecidas, até determinado momento em que emergem como símbolos de uma memória pulsante”. A História construída com ênfase na dominação apaga a memória do outro até o momento em que a cultura minoritária e marginalizada reivindica sua voz e espaço social. Segundo Bernd (1999, p.15).

No que diz respeito à identidade coletiva, é preciso encará-la como um conceito plural: os conceitos estáveis de “caráter nacional” e “identidade autêntica” são modernamente substituídos por uma noção pluridimensional onde as identidades construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos de sua história se justapõem para constituir um mosaico.

Em Melo, assim como em muitos escritores pós-40, temos uma representação ficcional que rompe com o preceito daqueles que primam pela representação histórico-nacional de uma ínfima parcela da população e que, paralelamente, negam a multiplicidade do povo, sem a qual seria impossível determinar a real constituição identitária de uma nação.

Em “Abel e Caim” a identidade multicultural é marcada, tanto por fatores étnicos quanto políticos. O autor mostra que os fatores políticos, assim como os étnicos, também separam a população. Ainda é necessário destacar a importância das narrativas ficcionais como fontes históricas nas quais são resgatadas nuances da sociedade que nem sempre são bem aceitas como fatos históricos oficiais. João Melo reescreve a história da sociedade angolana de um ponto ímpar, ou seja, do lado daqueles que lutam para dar voz a minorias e às contradições sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Filhos da Pátria* (2008), do escritor angolano João Melo, é um importante representante da literatura angolana engajada em caracterizar e problematizar a identidade nacional por meio da palavra escrita. Observamos durante o presente estudo que o livro tenta dar conta do mosaico cultural angolano, mostrando que a identidade nacional do país está presente no seu caráter multicultural, uma característica ímpar, igualitária somente em países que sofreram a influência estrangeira do colonialismo. No entanto, em Angola, o multiculturalismo ganha como aliada, o que o torna ainda mais peculiar, a grande diversidade étnica deste povo.

Os séculos de colonização acarretaram em grandes mudanças culturais, étnicas, raciais, territoriais, linguísticas, religiosas e políticas dos povos africanos. O colonizador não respeitou a cultura nativa e passou a impor a sua cultura, europeia, como sinônimo de perfeição, além disso, conforme os estudos de Teixeira, impôs novas divisões geográficas que separaram tribos de mesma etnia ou misturaram tribos etnicamente opostas. Tais fatos, juntos, contribuíram, vertiginosamente, para a crise identitária africana, e no caso estudado, angolana. Contudo, em meados da independência, ficou a cargo da política uma nova divisão do país entre os defensores do MPLA (Movimento Popular de Libertação Angolana), FNLA (Frente Nacional de Libertação Angolana) e UNITA (União Nacional Pela Independência Total de Angola). Desta forma, Angola que já era multicultural, primeiramente, devido a diversidade étnica de seu povo e, em segunda instância pela influência colonial, agrega, a sua gama de fatores, a bifurcação política. Tal retrospectiva é importante, pois João Melo extrai subsídio para seus escritos, justamente, da história de seu povo. É (re)visitando o passado que o autor encontra as respostas para a crise identitária angolana. E é, apenas, visitando tal passado que percebemos que a crise é impulsionada, entre tantos outros fatores, pelo multiculturalismo.

A pluralidade cultural é assunto corrente em grande parte das obras de João Melo. Segundo Greco Rodrigues, multiculturalismo “refere-se simplesmente àquilo que trás em si elementos de muitas culturas”<sup>18</sup>. Uma idéia completamente contrária ao etnocentrismo, imposto pelo colonizador, por meio do poder que, este, exercia sobre os nativos, uma vez que é, justamente, o poder que faz com que o diferente, ou seja, o outro seja negado em

---

<sup>18</sup> Fonte: <[http://www.tcdesign.uemg.br/en/pdf/antonio\\_greco.pdf](http://www.tcdesign.uemg.br/en/pdf/antonio_greco.pdf)>

detrimento do eu. Tudo que é diferente aos olhos do detentor do poder e, principalmente, ameaçador a sua situação de superioridade é barbaramente negado. A identidade nacional, baseada no multicultural, deve construir-se não pelo esforço de negação de uma realidade cultural imposta, mas pelo esforço de afirmação de uma identidade nova, nascida justamente do cruzamento entre culturas diferentes, mesmo que tal mistura seja herança de um passado traumatizante. Melo em *Filhos da Pátria* (2008) dá vida e voz a tais misturas e, com isso, durante a caracterização das personagens dificilmente, se esquece de demarcar os tons de pele e suas origens, quando especifica: vindos de Chipeta, do Kuando Kubango, do Huambo, do Brasil, do Kongo, da Lunda Norte, do Catete, do Bié, de Namibe, de Luanda e etc. Uma atitude que viabiliza a caracterização da identidade nacional angolana por meio da escrita. Uma necessidade que se encontra na ordem do dia a um país vitimado pela negação de uma cultura própria, imposta pelo colonialismo.

Os escritores angolanos, há anos, tentam dar forma a um povo que por muito tempo permaneceu sem face. Destacamos, assim, João Melo e, seu brilhante, *Filhos da Pátria* (2008), pois seus contos buscam construir uma identidade multifacetada da sociedade angolana, enfatizando: as diferenças raciais em uma visão do interior e do exterior de Angola; as disparidades étnicas e tribais, que ainda impedem a convivência pacífica em uma mesma unidade social e igualitária; as diferenças políticas, que resultaram em uma guerra civil, onde irmão matava irmão, como na história Bíblica de “Abel e Caim” e as demais mazelas da sociedade. Todas as características citadas podem ser observadas nas histórias de “Ngola Kiluanje”, “Shakespeare Ataca de Novo”, “Abel e Caim” e nos demais contos do livro por meio da voz de narradores críticos que emprestam suas personificações ao autor.

Os narradores carregam em si a responsabilidade de trazer à tona todas as questões analisadas durante este estudo. Ao ler os escritos de João Melo parece-nos que o enredo ficcional, muitas vezes, é encarado com, apenas, um pretexto para a exposição de questões de cunhos: social, político, histórico, identitário, racial, étnico etc., O narrador tem a função de levantar questões crítica e de se posicionar perante elas. São tantas as “intrusões do narrador”, conceito encontrado em Reis e Lopes (1996), que muitas vezes é quebrada a áurea da textualidade, fazendo com que o texto adquira um ar mais crítico do que, em partes, propriamente literário. Ainda devemos lembrar da intertextualidade, mais especificamente das paródias, que equiparadas a presença dos narradores, são importantes meios de expressão.

À primeira vista os escritos de João Melo podem parecer estranhos, sem nexos ou incompreensíveis, no entanto, por meio das leituras e, releituras é que percebemos a grandeza e a singularidade de sua obra. Melo exige de seus leitores uma chamada “maturidade” textual, adquirida somente por meio do exercício literário contínuo e variado. O autor também mostra, em suas obras, o seu conhecimento tanto literário como textual, em geral, através da citação de obras e autores diversos e, principalmente, da intertextualidade focada na paródia. Observamos também como ponto crucial do fazer literário de Melo o uso do enredo como plano de fundo a crítica social. As histórias ficcionais são sempre permeadas por intromissões de ordem crítica, na grande maioria, voltada à história cultural e social de Angola. Por isso, para entender plenamente as mensagens do escritor é de extrema importância viver em seu meio ou procurar subsídio sobre tal. A obra de João Melo, portanto, não é para ser lida linearmente, pois o dito não está significado no dito. Para entender Melo é necessário ler nas entrelinhas, em um trabalho árduo, mas prazeroso, de conhecimento e reconhecimento da matéria literária e de construção e reconstrução do dado e do novo. Entretanto, a peculiaridade literária angolana não se esgota neste autor, muitos outros parecem beber na mesma fonte inspiratória de Melo, claro que todos dentro de suas características, digamos, íntimas, mas que apresentam no fundo de seus escritos e, pensamento, uma mesma essência, a qual acreditamos ser a marca fundamental da Literatura Angolana e que a torna impar se comparada às demais literaturas lusófonas.

As Literaturas Africanas de Língua Portuguesa ainda podem ser consideradas muito jovens devido à recente descolonização de seus países, no entanto, tomando o exemplo da angolana, são literaturas de importante densidade artística, cultural, histórica e literária. Com isso, não podemos ficar alheios às obras e aos escritores que despontam do outro lado do Atlântico. No Brasil a força de tais escritos ainda está longe de ser descoberta fazendo-se necessária uma maior divulgação desta literatura que desponta, principalmente, partindo do interior das universidades.

Alguns passos, em direção a divulgação das culturas e literaturas africanas, já foram dados por meio da instituição da Lei nº. 10.639/2003. Entretanto, representou um pequeno avanço diante de uma imensa empreitada, uma vez que não precisamos somente de leis, mas de conhecimento, por parte da docência, sobre a história e a literatura dos países africanos. Só a partir da capacitação e conscientização é que teremos sujeitos cientes da importância de tal medida, mas para isso é necessária uma formação acadêmica que prime ou ao menos dêem

espaço de estudo e divulgação as Literaturas Lusófonas de Língua Portuguesa. Este trabalho almejou ser uma pequena fagulha rumo a uma cobiça muito maior estimulado pela necessidade de estudos a respeito da cultura africana, pela riqueza literária e pela crise identitária reflexo de séculos de história.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**ABDALA JUNIOR**, Benjamin. Panorama Histórico da Literatura Angolana. In: **CHAVES**, Rita; **MACEDO** Tânia. *Marcas da Diferença: As Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*. São Paulo: Alameda, 2006.

**ARNAUT**, Luiz; **LOPES**, Ana Mônica. *História da África: Uma Introdução*. 2ª ed., Belo Horizonte: Crisálida, 2008.

**ASSUMPCÃO**, Jorge Euzébio. A Partilha da África e a Resistência Africana. In: **BARROSO**, Vera Lucia Maciel; **SILVA**, André Luiz Reis da (Orgs.). *Ciências e Letras – História da África: Do Continente À Diáspora*. Porto Alegre: FAPA, 2008.

**BERND**, Zilá. *Literatura e Identidade Nacional*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

**BONNICI**, Thomas. *O Pós-Colonialismo e a Literatura: Estratégias de Leitura*. Maringá. Eduem, 2000.

**CHAVES**, Rita. *A Formação do Romance Angolano: Entre Intenções e Gestos*. São Paulo: Fundo Bibliográfico de Literatura Portuguesa, 1999.

\_\_\_\_\_, Rita. *Angola e Moçambique: Experiência Colonial e Territórios Literários*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2005.

\_\_\_\_\_; **MACEDO** Tânia. *Marcas da Diferença: As Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*. São Paulo: Alameda, 2006.

**DEALTRY**, Giovanna Ferreira. Memória e Esquecimento Como Formas de Construção do Imaginário da Nação. In: **MOITA LOPES**, L.P; **BASTOS**, L. C. (Org.). *Identidades – Recostes Multi e Interdisciplinares*. São Paulo: Mercado de Letras, 2002. p. 189-200.

**HALL**, Stuart. *Identidade cultural da pós-modernidade*.

\_\_\_\_\_; *Identidade Cultural Na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro. DP&A, 2003.

**HERNANDEZ**, Leila Maria Gonçalves Leite. *A África Na Sala de Aula: Visita à História Contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

**LIMA**, Manuel dos Santos. Eu não sou Eu Nem Sou o Outro. II CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE A GUERRA COLONIAL. 2001, Sixal. Livro de Actas. In **TEIXEIRA**, Rui Azevedo (Org.). *A Guerra do Ultramar: Realidade e Ficção*. Lisboa: Notícias, 2002. P. 207-210.

**LIMA**, Mesquitela. A Cultura e as Culturas Angolanas. Angolanidade? (Possibilidades de uma nação angolana). In: **CRISTOVÃO**, Fernando; **FERRAZ**, Maria de Lourdes; **CARVALHO**, Alberto (Orgs.). *Nacionalismo e Regionalismo Nas Literaturas Lusófonas*. Lisboa: Edições Cosmos, 1997.

**LEITE**, Ana Mafalda Leite. *Literaturas Africanas e Formulações Pós-Coloniais*. Lisboa: Colibri, 2003.

**MELO**, João. *Filhos da pátria*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

**PADILHA**, Laura Cavalcante. *Novos Pactos, Outras Ficções: Ensaio Sobre Literaturas Afro-luso-brasileiras*. Porto Alegre: EDIPURGS, 2002.

**RIVAS**, Pierre. *Diálogos Interculturais*. São Paulo: Hucitec, 2005.

**RODRIGUES**, Antônio Greco. *Multiculturalismo*. Disponível em <[http://www.tcdesign.uemg.br/en/pdf/antonio\\_greco.pdf](http://www.tcdesign.uemg.br/en/pdf/antonio_greco.pdf)>. Acesso em: 27 maio 2010.

**ROGEL**, Samuel. *Novo Manual de Teoria Literária*. 5ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

**SAID**, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia da Letras, 1999.

**SILVA**, André Luiz Reis da, Os Dilemas da África Contemporânea: A Persistência do Neocolonialismo E Os Desafios da Autonomia, Segurança e Desenvolvimento (1960-2008). In: **BARROSO**, Vera Lucia Maciel; **SILVA**, André Luiz Reis da (Orgs.). *Ciências e Letras – História da África: Do Continente À Diáspora*. Porto Alegre: FAPA, 2008.

**SILVA**, Edna Lúcia; **MENEZES**, Estera Muszkat. *Da Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

**SILVA**, Tomaz Tadeu. *Documentos de Identidade Uma Introdução às Teorias do Currículo*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

**SIMÕES**, Mônica R. A Construção de Paz em Angola. In: **NASSER**, Reginaldo M. *Os Conflitos Internacionais em Múltiplas Dimensões*. São Paulo: UNESP, 2009.

**TAYLOR**, Charles. *Multiculturalismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997

**TEIXEIRA**, Vanessa Relvas de Oliveira. *Pelas Letras de Ruy Duarte e Arlindo Barbeitos e Pelas Telas de António Ole, o Desvendar da Face Angolana*. 20002. Disponível em <<http://www.uea-angola.org/artigo.cfm?ID=669>>. Acesso em: 01 jun. 2010.